

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA EMPRESARIAL**  
**TURMA IV**

**COOPERATIVISMO UMA RESPOSTA DE ORGANIZAÇÃO  
POPULAR**

**ESTUDO DE CASO: VIABILIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO  
AMBIENTAL NO ATERRO SANITÁRIO DE ARACATI**

**IVO LUÍS OLIVEIRA SILVA**

**FORTALEZA – CEARÁ**  
**MARÇO / 2005**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**IVO LUÍS OLIVEIRA SILVA**

**COOPERATIVISMO UMA RESPOSTA DE ORGANIZAÇÃO  
POPULAR**

**ESTUDO DE CASO: VIABILIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO  
AMBIENTAL NO ATERRO SANITÁRIO DE ARACATI**

**FORTALEZA – CEARÁ  
MARÇO / 2005**

Esta monografia foi submetida ao Curso de Especialização em Gestão Estratégica Empresarial – Turma IV, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Especialização em Gestão Estratégica Empresarial, outorgada pela Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitido desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

---

**Aluno: Ivo Luís Oliveira Silva**

---

**Orientadora: Myrtis Arrais de Souza**

---

**Nota**

**COOPERATIVISMO UMA RESPOSTA DE ORGANIZAÇÃO  
POPULAR**

**ESTUDO DE CASO: VIABILIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO  
AMBIENTAL NO ATERRO SANITÁRIO DE ARACATI**

Monografia Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## DEDICATÓRIA

“...E Deus viu que tudo o quanto havia feito e achou que era muito bom” (Gn 3;31) nessa revelação, Deus nos mostra a sua perfeição diante de tudo o que criou, fruto de um amor incondicional e intransferível a todas as criaturas.

Aos meus pais, pela segurança e lisura com que conduziram minha formação, não esquecendo a ética e o respeito ao próximo. A força que ambos transmitiram, quando se puseram limitados diante de suas enfermidades. Ensinando-nos de que somos capazes de suportar situações que inicialmente acreditávamos não superá-los.

Aos meus irmãos, que me ensinaram a lutar pelos meus ideais.

Ao todos os meus amigos da Comunidade Católica Shalom que pelo orgulho que sinto em tê-los, como extensões preciosas de minha vida. Revelando que amigo é mais que um ombro, é mão estendida, mente aberta.

A mais profunda cooperação da minha orientadora, professora, doutora e amiga Myrtis Arrais de Souza que contribui no apoio logístico deste trabalho e na formação humana. Sem esquecer de todos os meus amigos do IV Curso de Especialização em Gestão Estratégica Empresarial, que me fizeram sentir um pouco mais vivo.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus por me conceder saúde, força e perseverança para enfrentar todos os desafios, e perceber que o medo, é apenas um sentimento que nos impulsionar a saltarmos mais longe.

Aos meus pais Antônio Menezes da Silva e Noeme Oliveira Silva que nunca cansaram de encorajar, me prestigiando com suas amizades, convívio, amor e otimismo, me fazendo descobrir a oportunidade de sonhar e a capacidade de realizar os sonhos. Que, a cada dia, temos a capacidade de construir um pouco o nosso futuro.

A professora Myrtis Arrais de Souza pela dedicação, amizade e disponibilidade demonstradas no período da orientação deste trabalho científico.

Aos colegas do Curso de Especialização em Gestão Estratégica Empresarial pelo companheirismo durante o decorrer do curso. Éramos inicialmente apenas possibilidades: nos tornaríamos amigos? Se então desenvolveríamos afinidades? Os dias se passaram e vínculos foram sendo criados. Todos aprendizes, que pouco ou nada sabiam um do outro. Como foi bom conviver com pessoas de experiências tão diferentes, e perceber que nessas distorções nos complementamos. Que somos um somatório de tudo e todos.

Aos meus amigos da Comunidade Católica Shalom cujos nomes não poderia deixar aqui de mencioná-los Ana Luiza, Glauber Lobão, Felipe Rocha e todos que fazem parte do grupo de jovens “Adhonay Hashaq”. Ao Igor Melão pelo apoio logístico desse trabalho. Samuel por tudo. O convívio social nos possibilita nos engrandecermos com as experiências. Descobrimos que a vida é mais emocionante quando se é ator e não espectador, quando se é piloto e não passageiro. E como ela é feita de instantes, não se pode, nem deve ser medida em anos ou meses, mas em minutos e segundos.

O escritor Osho possui um texto chamado do “O rio e o oceano” narra que antes de um rio cair no oceano, ele treme de medo. Olha para trás, para toda a jornada: os cumes, as montanhas, o longo caminho sinuoso através das florestas, através dos povoados, e vê à sua frente um oceano tão vasto que, entrar nele, nada mais é do que desaparecer para sempre.

E somente quando ele entra no oceano é que o medo desaparece, porque apenas então o rio saberá que não se trata de desaparecer no oceano. Mas de tornar-se oceano. Por um lado é desaparecimento e por outro lado é renascimento. Assim somos nós. Voltar é impossível na existência.

*...E se somos Severinos  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte  
de fome um pouco por dia...”.*

**João Cabral de Mello Neto**

## **SIGLAS**

**SEDURB** – Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará

**SEMACE** – Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará

**SER** – Secretaria Executiva Regional (Prefeitura Municipal de Fortaleza)

**IPLANCE** - Instituto de Pesquisa Informação do Ceará.

**ABNT** - Associação de Brasileira de Normas

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

**CÁRITAS** - Palavra oriunda do latim com significado de Caridade

**SEMACE** - Superintendência Estadual do Meio Ambiente

**OMG** - Organização Mundial das Nações Unidas

**MDL** - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

**RIO 92** - Programa de ação de desenvolvimento sustentável, aplicado pelas organizações independentes e sociedade civil organizada.

**ONU** – Organizações das Nações Unidas

**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente

**BID** – Banco de Desenvolvimento Interamericano

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA**- Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas

**OCEC** - Organização das Cooperativas Estada do Ceará

# SUMÁRIO

RESUMO.....	i
INTRODUÇÃO.....	11
METODOLOGIA.....	14
<b>CAPÍTULO I - A DIMENSÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO E SEUS REFLEXOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>17</b>
1.1 Gestão Participativa uma Ferramenta do Desenvolvimento Local.....	17
1.2 O Desafio de Ampliar a Atuação do Homem no Mundo Contemporâneo .....	20
<b>CAPÍTULO II - AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA COOPERATIVISTA E O SEU PAPEL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>23</b>
2.1 Escalada na Qualidade de Vida e os Benefícios Associados à União de Pessoas.....	23
2.2 A Transformação da Crise em Oportunidade de Desenvolver.....	25
2.3 Movimento Cooperativista e sua Trajetória na História da Humanidade.....	27
2.4 As Correntes Ideológicas e sua Influência na Formação do Cooperativismo.....	31
2.4.1. Positivismo: Uma Primeira Forma de Pensamento Social.....	33
2.5 Desmistificação e a Interpretação dos Princípios que Regem o Cooperativismo....	35
<b>CAPÍTULO III - O PERSONALISMO TRADICIONAL BRASILEIRO E AS ALTERNATIVAS DE CONSTRUÇÃO DO COOPERATIVISMO.....</b>	<b>39</b>
3.1 A Experiência da Construção do Cooperativismo no Brasil.....	39
3.2 O Retrato da Colonização Brasileira e sua Influência na Formação de uma Mentalidade Democrática Passiva.....	41
3.2.1 As Vicissitudes da Democracia Brasileira Refletida na Ausência da Participação Popular.....	43
3.3 A Construção de um Novo Papel da Sociedade Civil Brasileira.....	47
<b>CAPÍTULO IV - A AUSÊNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO GERA IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....</b>	<b>49</b>
4.1 Estruturação dos Papeis como Fortalecimento das Cidades Sustentáveis.....	49
4.2 Estruturação dos Municípios para a Criação e Implementação do Sistema de Gestão Ambiental.....	50
<b>CAPÍTULO V - ESTUDO DE CASO: A VIABILIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO LIXÃO DE ARACATI.....</b>	<b>53</b>
5.1 Caracterização Físico-geográfica de Aracati.....	53
5.2 Normas de Preservação Ambiental do Município de Aracati.....	55
5.3 Configuração do Sistema de Limpeza Urbana e a Situação do Aterro Sanitário Municipal.....	57
5.4 A Configuração Quanto à Destinação dos Resíduos Urbanos e Públicos.....	61
ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
ÂPENDICES.....	76
ANEXOS.....	78

## RESUMO

Este trabalho acadêmico versa sobre o Cooperativismo como forma de organização popular capaz de suprir as deficiências políticas e sua influência como um instrumento de desenvolvimento local e inclusão social, bem como sua capacidade de despertar a construção de uma gestão participativa na comunidade. A grande evolução alcançada pelo desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação não foi capaz de minimizar a gritante exclusão social na qual o mundo encontra-se mergulhado. Se por um lado às distâncias foram encurtadas, por outro, o abismo social e cultural – que segrega povos, nações e excluídos – alarga-se cada vez mais pondo em risco a própria existência da humanidade. “Privatizam-se os lucros e socializam-se os custos”. O projeto de monografia tem como aplicabilidade o aterro sanitário do município de Aracati, tendo como linha de pensamento estruturalista funcionalista, que será desenvolvido através de um estudo de caso, uma vasta pesquisa bibliográfica seguida de uma pesquisa de campo. A necessidade de estudar a força da corrente cooperativa e sua mobilidade diante da formação de uma alternativa popular, cujo foco central de atuação é o envolvimento de pessoas no processo de desenvolvimento local, gerando benefícios sociais, ambientais e econômicos, além de auxiliar as pessoas a adquirirem um controle mais efetivo sobre suas vidas.

# **PARTE - I**

## **ESTRUTURA DO TRABALHO**

### **INTRODUÇÃO**

O Brasil vive um processo de grandes transformações impulsionadas por novas demandas sociais e pela transformação da economia mundial. São mudanças desafiadoras que, ainda não conhecemos inteiramente os seus efeitos sobre as relações econômicas e sociais, especialmente em economias como a brasileira, onde o desafio é maior. Ao passo, que acompanhamos os reflexos das tendências mundiais, temos a convicção da necessidade de eliminar as distorções acumuladas no passado e consolidar a estabilidade econômica.

Tendo como pano de fundo a aplicabilidade do cooperativismo como um instrumento de organização popular capaz de inserir o homem na sociedade. Essa participação significa, portanto, abrir espaços para uma maior integração da população e autonomia local, possibilitando a criação de instâncias para a indução do desenvolvimento a partir da demonstração de interesses comuns.

A discussão sobre o futuro do cooperativismo no mundo envolve duas correntes antagônicas que se confrontam em seus argumentos. Uma considera que o movimento cooperativista não possuirá condições de sobrevivência, devido ao impacto da concentração da riqueza, determinada pela globalidade econômica e pelo liberalismo comercial, em função do conservadorismo das lideranças do setor. Já um outro segmento defende exatamente o contrário, acreditam que o cooperativismo é o único movimento capaz de responder às grandes ameaças que a concentração e a exclusão social representam contra ao desenvolvimento.

Compreendendo tudo isso, alertamos que o modelo de crescimento econômico, por si só, não tem sido suficiente para resolver os problemas locais, relativos à pobreza, discriminação e às disparidades sociais. É necessário questionar a realidade e os meios que permitam aos menos favorecidos uma maior participação na economia e nas decisões políticas.

O desafio maior está em como formular e implementar instrumentos cooperativistas capazes de atender às necessidades e demandas dos setores mais carentes da sociedade local sem cair, nas armadilhas do populismo e do clientelismo, tão próprio de nossa cultura política.

Daí a necessidade de valorizar a dimensão do cooperativismo e suas experiências para a criação em nossa sociedade de uma cultura cidadã, a partir do incentivo à participação dos distintos segmentos sociais, e particularmente das classes populares, na definição dos destinos da cidade.

Ampliar as vidas limitadas das quais, queiram ou não, a maiorias dos seres humanos são prisioneiros por força das circunstâncias, é o maior desafio do desenvolvimento humano no mundo contemporâneo. Uma avaliação informada e inteligente tanto das vidas a que somos forçados, como das vidas que poderíamos escolher mediante reformas sociais é o primeiro passo para o enfrentamento daquele desafio

Vem à tona a discussão que, de forma isolada, nem Estado, nem setor privado, nem sociedade civil têm a capacidade de resolver os problemas que estão postos para a sociedade brasileira como um todo. É preciso, portanto, imaginar um conjunto de arranjos institucionais que sejam capazes de combinar as potencialidades e os esforços dos diferentes atores públicos e privados em torno de objetivos comuns.

É essa a proposta das cooperativas que deseja ser aplicado. Mas, onde se implantar?. Um dos principais problemas dos centros urbanos, é a geração e destinação de seus resíduos. Dentre seus problemas menciona-se o transtorno do período invernos, geralmente, a rede de esgoto não comporta as águas, obstruída por lixo de toda espécie. Assim, a população enfrenta doenças e pragas as mais diversas. Os moradores da periferia geralmente, são os mais sacrificados, por não possuírem uma infra-estrutura suficiente.

Neste contexto, se observa que no município cearense de Aracati, localizado na Região do Baixo Jaguaribe. Desta forma, vê-se a possibilidade de estimular a formação e o desenvolvimento de uma Cooperativa de Catadores, cuja finalidade seria a reciclagem de material e a destinação correta dos resíduos.

Somado a tudo isso, a necessidade da construção de um galpão com apoio da Prefeitura Municipal, visando a seleção do lixo orgânico do inorgânico, bem como a instalação de um aterro sanitário no município de Aracati.

Com uma infra-estrutura básica e a formação de parcerias institucionais, o município de Aracati contaria, assim, com uma alternativa viável para administrar e solucionar a problemática do lixo, através da gestão ambiental, já que é atribuição do poder público gerir a questão da preservação do meio ambiente. Assim, a Prefeitura estaria, de forma eficaz, encontrando alternativas para o problema do chamado lixão aracatiense.

Em Aracati observa-se, também, a necessidade urgente da preservação das dunas, dos manguezais e da vegetação típica da região, bem como de medidas para conter a danosa e crescente especulação imobiliária, principalmente nas turísticas e paradisíacas praias de Canoa-Quebrada e Marjorlândia.

Portanto, o interesse pelo estudo de caso do lixão do município de Aracati, retrata a preocupação com a melhoria de vida da população naquela cidade e o interesse na preservação do patrimônio histórico e ambiental. Igualmente visa despertar nas autoridades locais, o sentimento de que ao investimento em saneamento básico, significando menor

gasto em saúde pública, o povo, certamente, responderá de modo positivo às políticas de limpeza e de preservação ambiental.

É nesse patamar de idéias que surge a necessidade de se desenvolver um trabalho voltado à reflexão dos paradigmas de uma gestão participativa como desenvolvimento sustentável e o cooperativismo social como instrumento de organização popular capaz de inserir o homem em seu papel de agente transformador.

Os desafios do futuro é que o conceito de desenvolvimento terá no ser humano o seu foco central. São as necessidades das pessoas que determinarão os pontos a serem trabalhados pelas políticas de desenvolvimento. Assim sendo, o processo que não trouxer melhoria nos padrões de vida de toda a população é social, política, ambiental é economicamente insustentável.

## **METODOLOGIA**

A aplicabilidade desse estudo envereda, como uma pesquisa pura com propósito de expandir o conhecimento, do pesquisador em especial, sobre a importância do cooperativismo como ferramenta de organização popular e sua influência no processo de viabilização de uma política ambiental e econômica., tendo como pano de fundo, o aterro sanitário do município de Aracati. A pesquisa não implica na transformação direta da realidade, mas sim conhecê-la com maior profundidade.

A amostragem utilizada será a não probabilista intencional, a de que não fazendo uso de formas aleatórias de seleção, torna-se impossível à aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo, pois o número de entrevistados é bem pequeno. Intencional porque o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos, mas não representativos. (GIL, 1995).

As entrevistas foram um processo de “garimpagem” dos personagens. Para as entrevistas foi elaborado um questionário com perguntas abertas cujas respostas eram anotadas. Evitou-se a utilização do gravador pelo constrangimento causado às pessoas, em sua maioria gente simples, alguns até analfabetos. Não houve, aqui, preocupação de tabular dados e construir médias, medianas, desvio padrão ou outros indicadores do gênero, por desnecessários, dado o reduzido número de pessoas envolvidas e o objetivo da consulta.

Quanto ao objetivo o grau do problema caracteriza-se como pesquisa descritiva, que visa identificar o conhecimento do comportamento, sem necessariamente aprofundar nas análises sobre causas e efeitos, ou quanto à tentativa de interpretar os fatos.(MARCONI, 1996; LAKATOS,1996)

Quanto à natureza das variáveis o estudo caracteriza como sendo uma pesquisa qualitativa, onde predomina as classificações, as análises mais dissertativas. Ressaltam-se os aspectos subjetivos, identificando as opiniões.

Os dados que foram utilizados nesta pesquisa são de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários serão obtidos através de pesquisas bibliográficas em livros, artigos, revistas, documentos, jornais e dados disponíveis na rede mundial de computadores.

Enquanto que os dados primários foram coletados em pesquisas e visitas a campo. Em formas de questionários semi-estruturados, ou seja, através de um roteiro previamente estabelecido com perguntas abertas e fechado.

As etapas desenvolvidas na pesquisa podem ser resumidas em: revisão bibliográfica, pesquisa de campo, análise dos resultados e considerações gerais sobre o tema. A linha de pensamento a ser seguida é a estruturalista funcionalista.

## **PARTE - II**

### **COOPERATIVISMO UMA RESPOSTA DE ORGANIZAÇÃO POPULAR**

#### **ESTUDO DE CASO: VIABILIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO AMBIENTAL NO ATERRO SANITÁRIO DE ARACATI**

### **CAPÍTULO I - A DIMENSÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO E SEUS REFLEXOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

#### **1.1 Gestão Participativa uma Ferramenta do Desenvolvimento Local**

Compreende-se a necessidade em dar oportunidade da comunidade local decidir democraticamente o nível de seu crescimento e a satisfação dos entes envolvidos. Sendo preciso dar às pessoas um maior poder de participação na consecução e no

desenvolvimento das atividades. Proporcionando assim, condições para que elas se mobilizem em torno de seu potencial. Atuando como agentes sociais ao invés de sujeitos passivos. Gerenciando os recursos locais, tomando decisões e controlando as atividades que afetam diretamente as suas vidas. (LINDEBERG E HAWKINS 1992, p.234).

O termo participação, em desenvolvimento local, tem como essência o significado de abrir espaços para uma maior integração da população e autonomia local, possibilitando a indução do desenvolvimento a partir da demonstração de interesses comuns. De acordo com estudo “*Turismo Educação e Cidadania*”, da Fundação Demócrito Rocha, a importância da participação local é resultado da atuação e a formação de um capital social em defesa do ambiente em que se insere, assegurando condições de melhoria para as gerações futuras.

Estimular a participação ativa da comunidade é fazer com que as decisões sejam discutidas e implantadas; e para que isso realmente aconteça, deve-se requerer um certo grau de organização popular. O autor SWARBROOKE (2000, p.140) relata em seus estudos que é preciso ter uma harmonia entre as decisões, cita que o principal entrave é que as “comunidades raramente falam em uma só voz, se é que alguma vez falam. Há muitos grupos de interesses e pontos de vistas individuais e não há uma maneira fácil de conciliá-los para alcançar um consenso”.

A participação local tem como foco central de atuação o envolvimento de pessoas em torno do processo de desenvolvimento das atividades. Gerando benefícios sociais e econômicos, além de auxiliar as pessoas a adquirirem um controle mais efetivo sobre suas vidas.

Uma outra forma de estimular a participação local é consultar as pessoas da comunidade percebendo suas deficiências e compreendendo as suas necessidades. Embora, ainda hoje, haja certa confusão entre a diferença de *comunicar para* e *comunicar-se com*, de acordo com LINDEBERG E HAWKINS (1992, p.234), consultar os moradores e solicitar suas opiniões é, com frequência, erroneamente entendido como participação. Apenas colher opiniões ou oferecer benefícios são ambos elementos de uma abordagem participativa, mas nenhuma dessas atividades propicia o engajamento efetivo das pessoas.

O êxito com a participação da comunidade, só será alcançado, a partir do momento em que o instrumento de gestão tem a capacidade de engajar membros da comunidade. Esse engajamento requer uma presença de toda a população nas decisões dos projetos, desde do início de implantação até o seu pleno funcionamento.

Com o processo de globalização criou-se uma mentalidade de que sozinho não se pode mais viver. Associa-se a participação local com a questão da formação de parcerias estratégicas. Atualmente, o termo parceria é bastante explicitado, porém pouco exercitada. Isso se deve à postura comportamental dos atores e instituições, onde a busca de objetivos individuais, ainda se sobrepõe, à busca de resultados coletivos mais amplos. Para PARENTE E ZAPATA (1998, p.63), os parceiros não são apenas pessoas que se agrupam para realizar algumas ações. São os colaboradores, que definem em comum o que se quer fazer e coordenam suas ações de maneira integrada, buscando a eficácia e os resultados positivos do trabalho.

O indivíduo que tem a capacidade de participar e interagir com a realidade, cria cadeias com trocas e dependências mútuas, resultando em laços de identidades e interesses. O processo participativo possibilita ao homem o despertar de valores de um agente capaz de transformar o meio ao qual está inserido. E essa inserção cria um ambiente favorável ao desenvolvimento da base local, conduzindo o homem a uma análise de descentralização e de expansão dos valores sociais.

Ressalta-se a idéia de SWARBROOKE (2000, p.140) de que as comunidades representadas e que se expressam por meio de líderes comunitários são falhas e atendem apenas seletos grupos. O autor afirma que as autoridades que elaboram as políticas precisam saber que, mesmo que alguns líderes comunitários, venham a conter a simpatia da população local, não significa dizer que ele represente todos os pontos de vista daquela comunidade.

Há preocupação sobre a importância no desenvolvimento local dos princípios da ética e da moral. Existem muitos interesses e conflitos que podem transcorrer diante de decisões que envolvem interesse coletivo e individual. Assim relata PARENTE e ZAPATA (2000, p.40):

*Somente no ambiente local é possível recuperar a dimensão ética da questão do desenvolvimento, que precisa estar focada e centrada no ser humano. O local tem rosto, tem nome, tem mais que registro geral, tem identidade, personificada pelos atores sociais. É aí que o ser humano pode exercer sua dupla vertente... sujeito individual único e sujeito social solidário.*

No caso da sociedade brasileira, a sua baixa cidadania, é fruto da nossa herança histórica. Os primeiros a chegarem ao Brasil foram o Estado e a iniciativa estatal, a sociedade foi posta de lado no processo inicial de colonização, ou seja, o Estado determinou tudo e conduziu a economia como se fosse empresa sua. Diagnostica-se que a passividade histórica do povo brasileiro é fruto da limitação no processo de participação social.

A partir da compreensão histórica explicam-se às raízes da ausência de cidadania na cultura brasileira. SANT'ANNA, CHENAUD E BERENSTEIN (2001, p.41) afirmam que a resistência passiva da população pode gerar um bloqueio nas decisões governamentais. Isso evidencia a necessidade de definirem-se formas de gestão e gerenciamento das atividades. Tais formas de gestão devem gerar a criação de mecanismos e instrumentos que viabilizem a negociação e a busca de um consenso.

Definitivamente, o Brasil não tem uma prática democrática consolidada que auxilie a dar um salto adiante no desenvolvimento. Um aspecto interessante que é preciso fazer notar é que nos países gestores da construção do capitalismo e democracia, como a Inglaterra e os Estados Unidos, o sistema político faz parte do cotidiano das pessoas: a valorização do sistema democrático foi internalizada pelos cidadãos por meio de um sólido processo de socialização política. Entretanto, “a realidade latino-americana e brasileira é substancialmente diferente, o que nos leva a questionar acerca das bases de legitimação da democracia em seu modelo liberal entre nós”; ALCANTARA (2000;p.10).

No entanto, nos acostumamos com a desigualdade e o subdesenvolvimento. Lidamos com elas como se fosse algo de natural, como se não fossem decorrências de um processo histórico, de uma construção econômica, social e política deliberada. Desigualdade que resulta em um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes. Talvez seja por isso que tantas coisas mudam no Brasil, mas a desigualdade não.

A gestão participativa possibilita a evolução da administração, possibilitando o envolvimento dos personagens na busca da solução dos problemas. Estimulando o indivíduo a formular uma consciência voltada a um novo contrato social entre o Estado e a sociedade civil. As questões discutidas abrem janelas de experiências permitindo uma compreensão de quais os caminhos a serem trilhados.

## **1.2 O Desafio de Ampliar a Atuação do Homem no Mundo Contemporâneo**

O desafio do desenvolvimento humano não pode ser plenamente compreendido sem que se compreenda a questão de se levar em conta os valores humanos. Ampliar as vidas limitadas das quais, queiram ou não, a maiorias dos seres humanos são prisioneiros por força das circunstâncias, é o maior desafio do desenvolvimento humano no mundo contemporâneo. Uma avaliação informada e inteligente tanto das vidas a que somos forçados como das vidas que poderíamos escolher mediante reformas sociais é o primeiro desafio, SEN (1993;28-29)

A própria comunidade tem a necessidade de reconstruir o seu conceito sobre a cidadania. Conceito esse, capaz de gerir uma demanda real sobre o que os entes envolvidos desejam para a localidade e o que precisa ser realizado. Para o autor PRADO JÚNIOR (2000, p.125) a idéia do desenvolvimento local é realmente uma alternativa que leva a sociedade a consolidar-se, através do desenvolvimento de tomadas de decisões. Aquela visão estreita de somente perceber o desenvolvimento econômico, apenas com a faceta da economia está perdendo forças.

O desenvolvimento local integrado é uma estratégia de intervenção social que busca, diante dos impactos gerados pelo processo de globalização, novas alternativas de desenvolvimento. Desenvolvimento esse, pautados em princípios de sustentabilidade respondendo a nível local, aos desafios como o desemprego, a exclusão social, cidadania e a melhoria da qualidade de vida. PARENTE E ZAPATA (1998, p.5).

Percebe-se que esse desenvolvimento busca, sobretudo apontar os rumos pautados em uma nova relação entre a sociedade e o Estado. Compreende-se então, que finalmente o que se quer atingir é a construção de uma comunidade organizada com uma maior participação nas estruturas do poder, exercendo o direito de uma democracia participativa, através do resgate das identidades culturais.

O interessante é que a palavra desenvolvimento sempre esteve referenciada ao conceito de crescimento econômico. Crescimento está associado ao aumento das atividades de produção, de bens e serviços. O que deve ser analisado é que as definições de desenvolvimento contêm não só crescimento econômico, mas mudanças estruturais e

engajamento da sociedade em todos os seus aspectos. Assim a noção de desenvolvimento engloba uma infinidade de componentes econômicos, sociais, políticos, ambientais, culturais e institucionais.

O desenvolvimento local é um fenômeno humano, portanto não é mecânico. Envolve os valores e os comportamentos de todos os membros da sociedade. Suscitam atitudes inovadoras e o despertar do espírito empreendedor, conclama à adoção de parcerias estratégicas para mobilizar recursos e as energias, PARENTE E ZAPATA (1998;p.9)

Hão experiências sendo apontadas como exemplos de desenvolvimento local e são apenas ações de desenvolvimento local, que no fundo se revelam como ações pontuais fragmentadas e insípidas. Como exemplo de ações pontuais o projeto específico de geração de emprego e renda, ou ainda projeto de ação da cidadania, essas ações são medidas paliativas, e não se preocupa com o futuro social. Tais intervenções pontuais, em sua maioria válidas e interessantes, poderiam ser mais bem chamadas de “Ação Local”.

O desafio maior está em formular e implementar políticas e programas sociais que efetivamente atendam às necessidades e demandas dos setores mais carentes da sociedade local sem cair, nas armadilhas do populismo e do clientelismo, tão próprios de nossa cultura política. Daí a necessidade de valorizar a dimensão política das experiências para a criação em nossa sociedade de uma cultura cidadã, a partir do incentivo à participação dos distintos segmentos sociais, e particularmente das classes populares, na definição dos destinos da cidade, o que implica na aprendizagem de como conquistar o difícil equilíbrio de, ao priorizar os setores mais carentes, governar para todos, SOARES (1998;191)

Nesse aspecto em particular, ganha especial importância à questão da socialização da informação advinda de um sistema competente e bem estruturado, onde os instrumentos estejam não somente sobre direção do governo, como também, da própria sociedade.

Quando se fala de desenvolvimento local busca-se potencializar a mobilização dos recursos humanos, institucionais, financeiros e outros recursos locais, trata-se de um processo de gestão participativa com o conhecimento das especificidades locais. Essa mobilização dos recursos significa, por tanto, que um processo de múltiplas dimensões que requer a participação mais ativa da sociedade, não deve constituir ao Estado como o único responsável pelo provimento do bem estar coletivo.

O desenvolvimento social pode acontecer em todas as instancias, cabe destacar aqueles que são idealizados e concretizados localmente, caracterizado pela criatividade e esforços dos atores locais. Esse desenvolvimento requer sempre alguma forma de mobilização das iniciativas locais em torno de um projeto coletivo. Isso significa convocar colaboradores, estimular a participação e concretizar propósitos comuns da sociedade.

A prioridade absoluta para o Brasil deve ser o combate à desigualdade. Uma desigualdade como a nossa é excessiva. Para reduzir a desigualdade, precisamos ao mesmo tempo consolidar conquistas recentes da sociedade brasileira como um todo e aprofundar mudanças que até aqui foram apenas esboçadas. Nenhum de nossos problemas estruturais pode ser abordado de forma séria se não formos capazes de preservar a democracia com a participação de todos e a estabilidade macroeconômica.

O processo desenvolvimentista requer a participação de todos, o que implica reconhecer o pluralismo de visões e a existência de interesses em conflito. O conflito é legítimo. O exercício da democracia possibilita a comunidade educar-se para lidar com os conflitos e tirar proveito delas para gerar oportunidades e construir um novo consenso.

O papel da ampliação da participação social, tem como reflexo o ato de exercer práticas democráticas. Como processo educativo que busca fortalecer a consciência de cidadania das pessoas, assumindo o papel de sujeitos. Sendo sujeitos, o homem passa a assumir a capacidade de interpretar a realidade local, debater amplamente as diferentes alternativas.

## **CAPÍTULO II - AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA COOPERATIVISTA E O SEU PAPEL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

### **2.1 Escalada na Qualidade de Vida e os Benefícios Associados à União de Pessoas**

Cooperativa é uma iniciativa “autônoma de pessoas que tem por finalidade o aspecto de possuir dupla natureza, sendo assim, uma entidade social e uma unidade econômica”, tendo por objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio para prover bens e serviços. Tratando-se então de uma sociedade de pessoas com objetivos a se dedicarem a atividades econômicas livres em benefícios do todo. RECH (2000, p.22)

Um dos defensores do movimento cooperativista no estado do Ceará, o suíço, SHÄRER (2003, p.328) relata em seus estudos que o cooperativismo é “fruto de reação às exclusões geradas pelo modo de produção capitalista”. Percebe-se uma particularidade do cooperativismo como sendo uma alternativa de produzir em cooperação, em resposta ao modelo de exclusão social. Para isso, é necessário definir os limites do desenvolvimento diante dos aspectos da globalização, estruturando com um elo o local com ação global.

Somente com os limites definidos é que o verdadeiro desenvolvimento poderá ser alcançado. Abrindo espaços para as pessoas envolverem-se direta e indiretamente de forma a se beneficiarem, no processo participativo e democrático. Sendo preciso atingir uma escala humana e um crescimento econômico concentrado, sem comprometer os recursos disponíveis.

Afirma, RECH (1991, p.16) que diagnosticar e definir explicitamente os princípios do cooperativismo, são fundamentais para a aplicabilidade e o fortalecimento dos valores da cooperação. Essenciais para o bom relacionamento dos cooperativados. Tais princípios devem abranger aspectos sociais, éticos e morais, e orientando para o desenvolvimento de ações e as relações entre os associados.

Durante décadas o desenvolvimento era comumente confundido com crescimento econômico. Estudiosos afirmavam que o crescimento conduzia necessariamente ao desenvolvimento, emprestando a esse conceito estritamente econômico, persistente apenas no aumento da renda. Percebeu-se que o desenvolvimento abrange outros aspectos humanos e ambientais. Tanto que surgiu um outro termo conhecido como desenvolvimento sustentável.

O conceito defendido com o desenvolvimento sustentável propõe a necessidade de fortalecer as interações existentes entre sistemas diferentes: o econômico, o social, e o ambiental. Proporcionando vantagens que são frutos da união de pessoas em organizações, levando ao homem à mudança constante. Tais mudanças geram condicionantes na melhoria da qualidade de vida e no nível de desenvolvimento.

A escalada de qualidade de vida associada ao desenvolvimento sustentado está igualmente condicionada pelas prioridades determinadas pelos objetivos econômicos, sociais e ambientais em cada sociedade

Para o autor DOUROJEANNI (1999, p.7) atinge-se o desenvolvimento sustentável do ser humano quando a sociedade é capaz de tomar decisões dia a dia, quando passa a lidar com incerteza e complexidade causadas pelo comportamento do meio que a sustenta e de mudanças em suas próprias atitudes e conhecimentos.

Como resposta à busca pelo desenvolvimento humano é que as cooperativas são uma realidade em todo o mundo e cada vez mais se fortalecem, como sendo fruto da própria necessidade do homem de se unir a outros elementos. Na necessidade de o homem unir esforços para alcançar um objetivo comum.

## **2.2 A Transformação da Crise em Oportunidade de Desenvolver**

As pessoas buscam as mais variadas formas de convivência que lhes facilitem a vida e tragam melhores condições de sobrevivência. No entanto, o sistema capitalista, trouxe como uma de suas características a competição individualizada nos negócios e na sobrevivência. A acumulação de benefícios e de riquezas de forma privada foi tornando-se quase “natural” nas relações humanas, ao invés, de encontrarem um momento de aprimoramento, ficaram ainda mais seriamente comprometidas. RECH (2000; p.7)

Como exemplo da acumulação desproporcional de riquezas, o Brasil atingiu níveis de desempregos alarmantes, de acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no ano de 2003, o mercado informal teve uma sinalização ascendente na escala econômica, menos pessoas estão trabalhando com carteira assinada. O trabalhador utiliza a criatividade como forma de driblar as dificuldades econômicas.

Ocorreu no país uma transformação profunda nas relações, que requer alternativa de comunidade. Cresce de forma desmedida a terceirização. As cooperativas surgem como uma alternativa de superação da crise. Conforme DOUROJEANNI (1999, p.29) hoje, a tendência é, uma maior redução do número de empregados. Estes vêm sendo um dos maiores desafios da sociedade: encontrar trabalho para as vítimas da exclusão.

È nesse cenário de mudanças econômicas e sociais que o cooperativismo é, atualmente, uma realidade em todo o mundo. O grande desafio apontado por Dourojeanni é transformar a crise do trabalho na oportunidade de desenvolver um tipo de organização de trabalho anticapitalista, democrática e igualitária.

Compreende-se então que o cooperativismo é um importante fenômeno de socialização que tenta corrigir contrastes de riqueza e pobreza, dando uma maior dimensão

para o despertar da consciência sobre a solidariedade na solução das questões econômicas, políticas e sociais. Apresentando soluções viáveis e atuais, ajudando a diminuir o índice de pobreza dos associados, promovendo a produção de riqueza sem acumulação, redistribuindo renda, oferecendo espaço para a prática da democracia

CORIOLOANO (2003; p.32) descreve que a cooperativa não é meramente uma empresa capitalista, que tem os próprios trabalhadores como sócios. Essa visão equivocada tem dificultado seu andamento. A priori, a filosofia da cooperativa é a de uma empresa socialista, os verdadeiros princípios são normalmente desvirtuados.

O movimento cooperativista sempre representou uma reação à ganância capitalista, o movimento evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho, o crescimento econômico e o desenvolvimento local.

A principal vantagem das cooperativas é proporcionar uma vida melhor para seus sócios, através da inserção do homem na sociedade; resgate a cidadania; melhoria no nível de renda; redução ao mínimo dos órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor. CORIOLOANO (2003, p.32)

As condições de melhoria da qualidade de vida se estendem ao ponto, do despertar da sua missão de educar economicamente o sócio, tornando-o apto para a autogestão econômica e política. Sendo preciso reafirmar as vantagens das relações humanas, os benefícios da interajuda, de uma sociedade em que todos tenham os mesmos direitos e as mesmas possibilidades.

## **2.3 Movimento Cooperativista e sua Trajetória na História da Humanidade**

Os nossos antepassados utilizavam a caça para conseguir a alimentação, organizava-se em grupos que posteriormente se transformaram em tribos. A união das pessoas foi uma resposta do homem às dificuldades encontradas. De acordo com o dicionário Aurélio a palavra “cooperar” quer dizer colaborar ou trabalhar com outros para alcançar resultados comuns. Foi a partir desse foco que o cooperativismo se tornou um movimento que busca constituir uma sociedade mais justa e livre.

O movimento cooperativista possui uma história e, através dos tempos evoluíram até atingir um nível bem mais organizado do que outros tipos de associação. A cooperação é parte essencial do mundo e da vida. Não é possível conceber o mundo sem cooperação. A origem da cooperação está associada na necessidade que seres humanos têm de sobreviverem, ou viverem melhor, em frente as adversidade de cada época. A formação de organizações sociais cuja idéia principal é a união como ferramenta para vencer. SOARES (2000;p.9)

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, além do que, propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio coletivo.

Entre as civilizações históricas, podem-se destacar, algumas formas de entidades associativas que se assemelhavam as atuais cooperativas. SOARES (2000; p.9) aponta que os primeiros cristãos que sobreviveram as perseguições romanas, organizaram-se em “ágapes”. No antigo Egito existiam os “grêmios” que reuniam agricultores escravos com o incentivo do Estado era o esboço do cooperativismo moderno.

Na Grécia antiga, foram criados os “orglonas” e “tiasas” eram entidades com a finalidade de garantir enterros e sepulturas decentes, havia também os “colégios” que

reuniam os carpinteiros e serralheiros. No Império Babilônico há fortes indícios de que os bancos, o comércio e a indústria surgiram com base em organizações de caráter cooperativo.

Na Roma antiga cita-se a existência dos “ágapes” que eram os primeiros cristãos, citados nos Atos dos Apóstolos da Bíblia, cujo objetivo geral era de atender principalmente as necessidades de consumo de seus integrantes. RECH (2000, p.9)

Segundo CORIOLANO (2003, p.30) existem registros de que já na história antiga, mais precisamente na Palestina, entre 356-425 da era cristã, já haviam associações mútuas, entre caravanas de mercadores para o gado. Nas grandes potências como Grécia e Roma antigas, observa-se que pessoas de camadas sociais inferiores agrupavam-se para melhor resolverem seus problemas, destacando-se a união para facilitar o enterro de seus mortos.

Durante o período medieval o sistema feudal utilizava a organização do trabalho entre os servos, que se desenvolvia sob forma igualitária e cooperativa. A Comuna, unidade econômica da Idade Média, era explorada por seus habitantes de forma comum nos campos, constituíam espécies de cooperativas integrais, onde a produção e o consumo processavam-se em comum acordo.

Na antiguidade, o sistema de produção baseava-se na escravatura, não existia o contrato livre de trabalho entre as pessoas. Entretanto, encontravam-se formas de associações com estruturas semelhantes às instituições cooperativas modernas. (CORIOLANO 2003, p.31).

Na Alemanha, a vida agrária desenvolveu-se com base na associação de pessoas destinada a explorar florestas com serraria, formar barragem para irrigação, organizar sistemas de drenagem. Na Rússia o meio rural proporcionou a criação dos “*Artel*” que eram associações de pessoas, formada por pescadores, lenhadores, lavradores e outros, e que surgiu em meados do século XIX. SOARES (2000;p.9)

Enquanto que na América Central o regime Asteca era sustentado pela organização agrária, os aspectos cooperativos construíram coletivamente sistemas de irrigação e combatiam as pragas coletivamente. Os Incas tinham como base econômica o trabalho coletivo dos homens e mulheres capazes de produzir. Inúmeras pessoas ao longo dos séculos XVI e XIX aplicaram os ideais do auxílio mútuo nas relações de trabalho e a associação coletiva de pessoas. Os Astecas com os “calpulli” destinados ao desenvolvimento da atividade agrícola em comum tinham formas expressivas da solidariedade e cooperação no trabalho e na vida em geral. RECH (2000; p.10)

O Cooperativismo, atual, nasceu na Inglaterra e a origem do que hoje chamamos de cooperativa moderna, data de 21 de dezembro de 1884. Nessa época, 27 tecelões e uma tecelã do bairro de Rochdale, portanto, 28 trabalhadores de Manchester, na Inglaterra, fundaram a “Sociedade dos Pioneiros de Rochdale”. Eles se organizaram a fim de reagir contra as injustiças e o mau trato nas fábricas para, assim, saírem da exploração capitalista. Mas, muito antes, da influência da evolução industrial, os homens já se organizavam socialmente em busca de fortalecer e somar forças.

A iniciativa de se praticar cooperação, para comprar, em conjunto, fundamentam, ainda hoje, o movimento cooperativista em todo o mundo, por isso são responsáveis pela imortalização dos pioneiros da Rochdale. Devem-se destacar os princípios norteados do movimento cooperativista puro dentre deles destacam-se a adesão livre e espontânea, controle democrático, juros limitados, distribuição proporcional das sobras, venda e compra do dinheiro, neutralidade política e religiosa, educação constante e tratamento digno ao trabalho.

Esses postulados, foram mais tarde corporificados e sistematizados pela escola de Nimes, que teve em Charles Gide o grande doutrinador. Logo, o movimento expandiu os princípios do sistema em todos os serviços e meios de vida, partindo da premissa enunciada pelo próprio Gide de que “para todo problema econômico há uma solução cooperativa”. SOARES (2000;p.12)

Enquanto que no Brasil, ao longo da história, ao contrário, sempre houve quem se preocupasse em limitar as suas possibilidades da participação popular. RECH (2000, p.16) afirma que com os limites impostos e pela nossa pouca tradição de iniciativas econômicas coletivas, nunca conseguimos grande desenvolvimento cooperativista.

Apesar de inúmeras experiências de iniciativas dos trabalhadores que buscam saídas para a crise do emprego e também melhorar as suas condições de vida, setores progressistas são contra iniciativas cooperativistas. As cooperativas capitularam quase sempre o domínio do capital e acabaram por pender muito mais em direção a empresas com características profundamente comerciais e pouco se importando com os interesses dos trabalhadores.

No Brasil, as primeiras experiências do cooperativismo iniciaram-se ainda no século passado, precisamente no estado de São Paulo, mas sempre foi insignificante a participação percentual da população, mesmo porque a iniciativa jamais foi efetivamente apoiada. A preocupação dos nossos poderes públicos em intervir nas cooperativas manifestou-se já em 1932, com a primeira lei básica específica do cooperativismo e tinha como objetivo enfrentar, as quebras provocadas pelos problemas com o comércio internacional do café. RECH (2000, p.16)

Ainda no século XIX , surgiram importantes experiências de cooperativismo como o de Palmital, em Santa Catarina, localidade conhecida como uma colônia de produção e consumo, tendo a frente o imigrante francês Jules de Mure, seguindo da doutrina de seu compatriota.

Charles Fourier implementou, em 1847, uma rica e histórica experiência cooperativa, na cidade de Limeira, interior de São Paulo, foi criada em 1891, a primeira cooperativa do Brasil com nome de Associação Cooperativa Internacional Telefônica de

Limeira. No Rio de Janeiro, em 1894, os militares Implantaram a Cooperativa Militar de Consumo do Distrito Federal. No município de Camaragibe no Estado de Pernambuco, ainda em 1895, foi criada a Cooperativa de Consumo de Camaragibe.

A primeira cooperativa no Ceará foi criada com o nome de Cooperativa Bancária Ltda., fundada em 1943. Em 1945, surge a primeira cooperativa agropecuária do Estado, na cidade de Guaramiranga. Ainda no final da década de 40, foi criada a cooperativa de crédito de Fortaleza Ltda. que se transformou no Banco Popular de Fortaleza (BANFORT).

No Ceará o movimento cooperativista chegou à atividade turística que é uma das atividades econômicas recentes e peculiares do século XX. Afirma a Organização das Cooperativas Estaduais do Ceará – OCEC que, em seu catálogo de cooperativas, estão registradas algumas cooperativas de turismo destacando-se: Cooperativa de Turismo de Icapuí – COPITUR, Cooperativa dos Profissionais em Serviço Turístico do Ceará – COOSERT, Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestação de Serviços Gerais, Cooperativa de Trabalhadores e Serviços Hoteleiros e Turismo do Estado do Ceará, Cooperativa de Transporte Alternativo e de Serviço Turístico de Maracanaú. (CORIOLANO 2003, p.37).

A cooperativa sempre será um instrumento de organização e gerenciamento econômico e não um fim em si mesma. Para o Brasil, um país em crise social, que busca alternativas de construção econômica, o cooperativismo poderia ser agora importante instrumento de ação dos trabalhadores, em busca de melhor sobrevivência.

## **2.4 As Correntes Ideológicas e sua Influência na Formação do Cooperativismo**

O movimento cooperativista está norteado em dois posicionamentos ideológicos: a visão socialista e capitalista. Os socialistas mais conservadores defendiam e interpretavam o cooperativismo como sendo um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social mundial. O defensor dessa linha de interpretação foi o inglês Robert Owen, que descrevia o “objetivo primordial e necessário de toda existência deve ser a felicidade, mas a felicidade não pode ser obtida individualmente”.

A corrente ideológica socialista via na cooperativa um embrião para a construção de uma nova sociedade, uma sociedade “onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e suprindo interesses pessoais e coletivos”. RECH (2000;p.10). Os nomes mais representativos são o inglês Robert Owen, e mais a frente, surgiram outros defensores como Charles Fourier na França e Ferdinand Lasalle na Alemanha.

Os socialistas utópicos admitiam que a cooperativa era um instrumento de luta para a superação do capitalismo, constituindo-se numa etapa para a implementação do socialismo. As iniciativas socialistas, já no século XX, não seguiram tão entusiasmadamente as propostas dos estudiosos, principalmente na União Soviética e na China. A resposta de tais decisões à condução nacional foi à formação de um Partido Comunista.

Afirma RECH (2000; p.12) que o Comunismo “deslocou o ponto de referencia da condução democrática do processo de mudanças, através da implantação da cooperativa que defendia a participação igualitária, submergindo nos meandros da burocratização com a implantação de um partido, baseando-se na vanguarda estatelada no poder”.

Karl Marx, ainda do primeiro Congresso da Associação Internacional do Trabalho, em 1864, não demonstrou entusiasmo pelas cooperativas, interpretava que o movimento cooperativista atuava de forma isolada em si, não tinham condições de enfrentar os monopólios que se agigantavam no capitalismo. Afirmam que:

*... enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem, (...) a cooperação dos trabalhadores não será capaz de libertar as massas, nem mesmo aliviar de modo sensível o fardo de sua miséria.*

RECH (2000, p.20) aponta que nos países com experiência socialista, o papel das cooperativas, mesmo que tenham exercido um papel importante na atividade de organização dos camponeses, sempre foi interpretado como instrumento complementar aos planos de coletivização governamental e não como iniciativa autônoma dos trabalhadores.

Por isso é que as cooperativas dos países socialistas foram constituídas, para serem utilizadas em suprir deficiências nas economias fundadas em planejamento centralizados, sob a tutela do estado. Enquanto que na visão capitalista o movimento cooperativista viria atenuar as características egoístas e concentradoras de capital do sistema vigente.

Os liberais e fisiocratas, esses últimos, baseavam-se no princípio de que o que está estabelecido como natural e individual é que deve prevalecer. O que se observa é a substituição do ideal coletivo pelo individualismo. RECH (2000; p.15)

Aponta RECH (2000;p.16) que atualmente, na Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega e na Inglaterra e Suécia cerca de 50% das famílias estão vinculadas a cooperativas de consumo. Na França, 25% da população é cooperativada, na Argentina 20% e na Índia 10%. No Brasil não se chega a 3% do total da população. No Brasil, as primeiras experiências começaram ainda no século passado, especialmente no Estado de São Paulo, mas sempre foi insignificante a participação. As experiências de cooperativas, melhor, consolidadas são aqueles frutos de iniciativas de trabalhadores que buscam saídas para a crise do emprego e também melhorar as suas condições de vida.

### **2.4.1 Positivismo: Uma Primeira Forma de Pensamento Social**

A primeira corrente teórica de pensamento sociológico foi o positivismo. O positivismo tem como corrente ideológica “conhecer a realidade através da razão e tentá-lo explicar através das leis naturais”. Nesse momento ocorre a implantação de uma cultura da cientificidade sendo assim legitimizada, negando o senso comum. COSTA (1997;p.51).

É importante situar o desenvolvimento do pensamento positivista no contexto histórico do século XIX. A expansão da Revolução Industrial pela Europa, obtida pelas revoluções burguesas que atingiram todos os países europeus até 1870, trouxe consigo a destruição da velha ordem feudal e a consolidação da nova sociedade.

“Transformar esse mundo conquistado em colônias que se submetessem aos valores capitalistas requeriam uma empresa de grande envergadura, pois dessa transformação dependiam a expansão e a sobrevivência do capitalismo industrial”. Assim a conquista e a dominação foram transformadas em missões civilizadoras, COSTA (1997;p.53)

Por detrás dessa engrenagem política-econômica ocorrem grandes mudanças cujo ápice deveu-se a ideologia da corrente positivista refletindo-se no darwinismo social. A civilização era oferecida, mesmo contra a vontade dos dominados, como forma de ‘elevar’ essas nações do estado primitivo a um nível mais desenvolvido. Acreditando na superioridade de sua cultura, os europeus intervieram nas formas tradicionais de vida existentes nos outros continentes, procurando transformá-las.

Tais idéias, transpostas para a análise da sociedade, resultaram no darwinismo social, isto é, o “princípio de que as sociedades se modificam e se desenvolvem num mesmo sentido e que tais transformações representariam sempre a passagem de um estágio inferior para o superior, e que o organismo social se mostraria mais evoluído”. COSTA (1997;p.54).

Entende-se que as explicações do darwinismo social têm como princípio estabelecer a ausência de conflito de classes sociais, afirmando que sempre existiu e sempre existirá o forte e o fraco. Percebem-se algumas características dominantes fruto da ideologia positivista a de que a sociedade e o indivíduo devem se posicionar como forma de subordinação; que a condição da classe social é uma condição natural e não há nada a fazer; a competição é um princípio natural isso se aplica diretamente no liberalismo econômico.

O positivismo foi tão marcante a nossa história que as insígnias presentes na bandeira brasileira são de caráter positivista. O francês Auguste Comte influenciou através da idéia de que o estado positivo representava o coroamento do progresso da humanidade. .Progresso é o ideal civilizatório juntamente com os interesses políticos, enquanto, a ordem é fundamental para o equilíbrio, mesmo que seja imposta. A ordem implica o ajustamento e a integração dos componentes da sociedade a um objetivo comum.COSTA (1997; p.51-56).

Ainda hoje se tenta essa transposição para justificar determinadas realidades sociais. O darwinismo social, além de justificar o colonialismo da Europa no resto do mundo, refletia o grande otimismo do progresso material. Desse otimismo em relação ao caráter apto e evoluído da sociedade européia, o desenvolvimento industrial gerava a todo o momento conflitos sociais. E em outros casos proporcionava a introdução da passividade na sociedade.

## **2.5 Desmistificação e a Interpretação dos Princípios que Regem o Cooperativismo**

De acordo com a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, defendida pela, Declaração da Aliança Cooperativa Internacional Sobre a Identidade Cooperativa.

Manchester, setembro 1995, a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

A questão da neutralidade política, precisa ser avaliada e amplamente discutida. É certo que posições político-partidárias são complicadas quando é assumido pelas entidades cooperativas. No entanto, uma atuação política, entendida como uma participação na transformação da sociedade atual para uma melhor, mais justa e igualitária é fundamental para o desenvolvimento saudável. Não se pode ficar na neutralidade. Os que são contra esta participação são os que querem a preservação dos privilégios, da exploração, da desigualdade.

A busca máxima para a aplicabilidade dos princípios cooperativista se prende na conquista da autogestão. Ser uma cooperativa autogestionária significa superar o modo de produção e de pensar capitalista, apesar de não abolir a propriedade privada, do capital e de permitir uma remuneração adequada ao esforço da sociedade.

De acordo com a constituição da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (os princípios foram retirados da *Declaración sobre la Identidad Cooperativa* do Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de Manchester, Inglaterra, de 23 de setembro de 1995), os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática, tais valores são:

**Adesão voluntária e livre: as cooperativas são consideradas como organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas. Obedecendo apenas os critérios estabelecidos nos estatutos.**

De acordo com a ótica da democracia é muito interessante, mas isso em sociedades de princípios igualitários fortemente estabelecidos no seio social. Na nossa sociedade, marcada por ausência histórica popular e tremendamente dividida em privilegiados e multidões de excluídos, o princípio camufla a divisão de classes e nivela por cima a participação de ricos e pobres.

Considerando que, neste caso, o poder econômico, acaba mandando sempre sobre o pequeno grupo dos mais abastados. “Este foi o mal que transformou muitas cooperativas brasileiras, nas últimas décadas, em espaço privilegiados de grandes fazendeiros ou comerciantes. A liberdade de entrar e sair deve existir, mas pessoas devem estabelecer mecanismos internos para terem autonomia coletiva de decidirem se querem que uma determinada pessoas entre ou não. Esta possibilidade também faz parte da autodeterminação democrática das pessoas organizadas”. RECH (2000;p.24)

**Gestão democrática e livre: controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.**

É preciso estabelecer normas onde cada associado tem uma única participação, independente de sua posição ou do número de quotas-partes. A necessidade de manter os sócios em uma posição de igualdade tanto em termos dos poderes políticos, quanto econômicos.

**Participação econômica dos membros: devendo contribuir eqüitativamente para o capital das cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa.**

O desenvolvimento saudável de uma cooperativa está em manter o equilíbrio entre a capitalização e o benefício aos associados. Para isso é preciso ter a consciência que a marca cooperativa como uma sociedade sem fins lucrativos, apesar de desenvolver atividades comerciais. RECH (2000; p.26)

**Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Caso recorra ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.**

A força da cooperativa está na ausência de submissão a grupos políticos e econômicos. A independência estrutural mantém a permanência de princípios que tenham como foco o bem estar do associado e da comunidade local. RECH (2000, p.26) afirma que a essência da autonomia está em “constituir e funcionar com liberdade e desenvolver as suas finalidades sem ter que se submeter nem ao Estado ou a outras instituições, bem como não se tornar, reféns de financiadores ou contribuidores de capital”.

**Educação, formação e informação: promover a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.**

A capacitação é marcada por uma construção coletiva de conhecimentos e troca de saberes, deve vislumbrar o homem como um ser social, sujeito e beneficiário de sua própria história e responsável pelo seu destino. Fazendo germinar as condições para que as gerações futuras construam e desenvolvam novas alternativas.

RECH (2000; p.27) afirmar que é preciso investir obrigatoriamente parte de seu excedente sobre operações para educação, assistência técnica e social dos seus associados e

suas famílias. Nisso ela deve aplicar pelo menos 5% das sobras líquidas do exercício financeiro.

Para o Conselho da Comunidade Solidária, no documento chamado de Desenvolvimento Local Integrado (Proposta de Consenso, 1998, p.8). “A capacitação é entendida... como um processo dialógico, criativo, participativo, crítico, holístico e formativo, e como um elo entre o local e o global... nesse sentido...quanto maior o nível de capacitação da comunidade, maior são as possibilidades de sua inserção competitiva no mundo.

**Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.**

O indivíduo que participa e interage com a realidade, cria cadeias com trocas e dependências mútuas que resultam em laços de solidariedade, compartilhamento de identidades e interesses formando uma trama de parcerias.

É preciso disponibilizar recursos potenciais, bem como, interesse e conscientização da população local para que a atividade possa representar uma oportunidade capaz de gerar benefícios para os que nela residem.

Despertar a integração com outras cooperativas “visando o fortalecimento do movimento e procurando se firmar para intervir da melhor forma na transformação da sociedade. É bom lembrar que o objetivo principal da cooperativa é o de beneficiarem os seus associados, mas sempre numa perspectiva de melhorar as condições de toda a comunidade”. RECH (2000;p.28)

É fundamental criar as condições necessárias e suficientes para que os cooperantes assumam conscientes e competentemente, a gestão das suas cooperativas, melhorando a eficiência empresarial e tornando transparente a administração diante do quadro social. SOARES (1996, p. 34).

Na associação o patrimônio pertence à própria associação, o sócio não tem quota-parte e não recebe quando a sua parte quando sai. O capital é destinado a cumprir os objetivos sociais, e não é uma empresa, não envolvendo a participação econômica direta dos sócios. O associativismo é um termo utilizado para designar a auto-gestão da prática associativa, congregando assim um conjunto de indivíduos que buscam formas mais racionais para a obtenção de resultados comuns.

Identifica-se que sem integração não existe o sistema cooperativista. A integração e a sistematização são elementos essenciais para a implantação da autogestão em todos os níveis, portanto, buscar a integração em qualquer nível é obrigação de todo o sistema cooperativista.

## **CAPÍTULO III - O PERSONALISMO TRADICIONAL BRASILEIRO E AS ALTERNATIVAS DE CONSTRUÇÃO DO COOPERATIVISMO**

### **3.1 A Experiência da Construção do Cooperativismo no Brasil**

O desenvolvimento do movimento cooperativista no Brasil foi bastante lento, especialmente pela ausência do amparo oficial, a própria legislação cooperativa existente na época era muito deficitária. O seu aperfeiçoamento custou o esforço, a luta e a pregação de idealistas como Inácio Tosta e Alberto Menezes a quem se deve a primeira lei cooperativista à lei nº 1.637, de 1907.

Apesar das experiências brasileiras terem sido influenciadas principalmente pela experiência da alemã Raiffeisen (as caixas rurais), baseadas essencialmente pelo princípio

da ajuda mútua, foi o modelo formalista e conservador inglês que se impôs. O autor RECH (2000; p.20) menciona que a nossa doutrina cooperativista não se deixou influenciar das saudáveis contribuições sobre as possibilidades de construir “comunidades felizes” de Owen, nem dos ideais humanistas de Raiffeisen, apenas consolidamos o modelo conservador da Rochdale, agregando-lhe, por interesse das elites a possibilidade dos pobres se organizarem, “a mão que afaga, controla e bate” do nosso persistente Estado autoritário.

Na década de 30, o governo, sentindo a necessidade de ocupar o interior do território nacional para produzir, além de fixar o homem, montou políticas de desenvolvimento muito consistentes. Foi na mesma década que surgiu às cooperativas agropecuárias, nasceram fortes e progrediram, estimulando o nascimento de cooperativas de outros ramos. SOARES (2000;p.13).

No período do regime militar, onde o sistema democrático da participação popular, cedeu espaço para o ditatorial da lei 5.764/71, que impôs uma estrutura rígida na organização das cooperativas e, ao contrário de permitir o desenvolvimento do modelo cooperativista, acabou por introduzir tantos limites que tornou difícil a sua constituição e funcionamento. Percebe-se a influência do conservadorismo dos instrumentos legisladores brasileiros.

Com o retorno da democracia, e a construção da nova Constituição Federal de 1988, os legisladores brasileiros abriram algumas perspectivas de liberalização do sistema cooperativista. Apesar da regulamentação, as leis mais são profundamente autoritários ou, pelo menos, muito restritos. Ao invés de incentivar a formação, parece que todo o exercício legislativo é o de limitar e abafar a liberdade e expansão da experiência.

O modelo adotado no Brasil e suas características, apontam para uma proposta de uma cooperativa que “apenas venha resolver algumas distorções que o sistema capitalista apresenta, dificultando inovações, evitando que as comunidades caminhem em direção a uma proposta de cooperativismo auto-gestionária, participativo e democrático popular”. RECH (2000;p.20).

Com relação à identificação sobre neutralidade política, precisa ser discutida. É certo que posições político-partidárias são delicadas quando assumida pelas entidades cooperativas. Entretanto, uma atuação política, pode ser entendida como uma participação na transformação da sociedade atual para uma melhor. Descreve defensores que “não se pode ficar na neutralidade. Os que se posicionam contra esta participação são os que querem a preservação dos privilégios, da explicação, da desigualdade”. RECH (2000; p 31).

Atualmente as cooperativas buscam a autogestão, como instrumento de consolidação do modo de produção. A cooperativa sempre será um instrumento de organização e gerenciamento econômico e não um fim em si mesma. FOLLMANN (1980; p.70).

No cooperativismo, o social se sobrepõe ao econômico, tendo as pessoas supremacia perante o econômico, fortalecendo as relações sociais em prol do desenvolvimento. Social porque é formada por um grupo de pessoas que precisam viver harmoniosamente, interagindo entre si, com seus objetivos comuns; econômicos porque requer de cada indivíduo um esforço no sentido de realizar suas próprias atividades de natureza econômica e, a partir daí, unir esforços para, de forma solidária e racional, para viabilizar a produção, o consumo, a comercialização, o beneficiamento e o trabalho.

### **3.2 O Retrato da Colonização Brasileira e sua Influência na Formação de uma Mentalidade Democrática Passiva**

Para o Brasil, a busca de alternativas para a construção do cooperativismo poderia ser importante instrumento de ação dos trabalhadores, em busca de melhor sobrevivência e a deficiência social . O modelo atual de desenvolvimento tende a produzir, cada vez mais, grandes massas de excluídos. RECH (2000; p 45)

Não há precedentes na história da humanidade em que, por meio do avanço dos trabalhadores no espaço institucional democrático, se tenha conseguido mais justiça e igualdade para as populações pobres. É inocência acreditar que o pacto democrático vai produzir melhoria das condições de vida dos excluídos.

A mentalidade imposta pela história, praticada pelas elites, foi a de que o trabalho dignifica o homem. As elites dominantes, infelizmente, tinham interesse em manter a relação ideológica de subordinado.

Quando este avanço é por demais evidente, sempre servirem como justificativa para a elite se articular e se reestruturar no poder ou pela força. O cooperativismo não é solução para tudo, mas também não se pode concordar que as cooperativas sejam meros “instrumentos de reprodução dos mecanismos de exploração capitalista” como afirma Maria Rita Loureiro em seu livro *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. LOUREIRO (1981; p.63).

Infelizmente, a corrupção e o clientelismo campearam soltos no meio cooperativista, sustentados por estados autoritários ou paternalistas e por uma estrutura viciada que submeteu as cooperativas a instâncias governamentais. Nortearam a um padrão centralizador impedindo a participação, autonomia e a criatividade dos seus participantes. RECH (2000;p.63).

Na vida prática das cooperativas, nem sempre a democracia é preservada. É necessário compreender que os cooperativados são sujeitos de direitos, atores criativos e senhores da condução de sua própria vida. Na nossa história o interesse de grupos sempre esteve à frente do intuito coletivo. A democracia pode ser arranhada quando se formam grupos com interesses muito particulares dentro da cooperativa e que acabam dominando as decisões e as próprias instâncias de poder.

A verdade é que não é simplesmente o trabalho puro que dignifica o homem. Ao contrário, o trabalho apenas, em si, embrutece, espolia a vida, reduz a capacidade de gozar e usufruir o mundo. O que dignifica a pessoa é sua capacidade de criar, transformar as

coisas que o cercam, agindo criativamente com a consciência da construção da sua vida, dos seus direitos.

Quando as pessoas não assumem essa capacidade de fazer, criar, transformar, de encontrar soluções, de levar adiante seus sonhos, unido a outras, cooperativamente, tirando proveito para o seu próprio bem e o bem de todos, as cooperativas não podem dar certas.

Descreve Daniel Rech que através dessas idéias que o associado é libertado dos laços de subordinação determinada pelas relações de emprego e trabalho para instituir o grau mais elevado das desejadas relações autogestionárias da cooperação.

O sistema econômico capitalista desperta a individualidade e a competição pela sobrevivência. RECH (2000;p,114) nos orienta a diferenciarmos alguns termos, muitos deles são utilizados com o caráter de desenvolvimento social, mas não passa de programas econômicos. O autor aponta a diferença de co-gestão e autogestão.

*A co-gestão pretende ser participativa na medida em que aproveita um maior esforço e sugestões dos trabalhadores mas não muda a situação secular das posições de quem manda e de quem faz e obedece. A autogestão, no entanto, parte de um novo conceito: a eliminação dos papéis de patrão e empregado, de trabalhador e de não trabalhador dirigente.*

Na verdade, o que se entende é que a autogestão somente ocorre quando um grupo de pessoas decide se constituir como empresários autônomos e levam adiante uma iniciativa econômica onde eles próprios são os que realizam a atividade produtiva.

A cooperação proporciona a obtenção de muitas vantagens tais como o aumento da produtividade e da renda, bem como a oferta de produtos a preços competitivos. Por fim, ressalta-se que a vida em grupo leva a socialização do indivíduo, melhora os níveis de informação, proporciona melhor educação e desenvolvimento dos integrantes e de sua família, resultando no progresso social, que é bom para a comunidade, à região e a nação.

### **3.2.1 As Vicissitudes da Democracia Brasileira Refletida na Ausência da Participação Popular**

Observando a formação histórica brasileira encontram-se fragmentos de resposta social e uma passividade refletida na ausência da participação popular. Daí a defesa da comunidade cooptar no processo de elaboração e execução das atividades de interesse comum.

Descreve ALCANTARA (2000;p.10), de maneira firme e contundente que a sociedade brasileira possui uma tradição histórica refletida na ausência de uma organização social em prol de interesse comum. O autor parte da idéia defendida por ROUQUIÉ (1985; p.136) onde sugere a possibilidade de se definir o Brasil como uma “poliarquia perversa: uma sociedade que não se deixa enquadrar numa dominação autoritária monolítica, mas que tampouco possui a tradição de organização política pluralista e independente do Estado típico das verdadeiras poliarquias liberais”.

Para tal afirmação, menciona-se a forma como os diferentes atores políticos se comportam, é visto a partir do momento em que cada parte busca solucionar seus problemas, esquecendo-se do todo. A elite afina-se em torno de seus princípios, enquanto os marginalizados tentam-se organizar. Para AVRITZER (1995; p.113), a sociedade é fruto de uma fenda social, assim se expressa afirmando que:

*Existe um hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos, o que leva a concluir a existência de duas culturas políticas, disputando o sistema político.*

Destacando algumas características da nossa democracia ALCANTARA (2000;p. 10) *apud* AVRITZER (1995;p.109) menciona a influencia das elites e a participação do indivíduo em elementos democrática, assim ressalva que toda “persistência de um comportamento não democrático das elites políticas, são refletidas na dissociação entre as

práticas políticas democráticas e persistência de práticas não democráticas, tais como a não aceitação da cidadania civil e social”.

Mesmo com ausência da participação da população na construção social do Brasil, ALCANTARA (2000;p.12) *apud* SCHWARTZMAN (1988;p.23) afirma que a importância de percebermos que “a questão fundamental não é da ‘maturidade’ do povo, mas a da natureza das instituições sociais, governamentais e partidárias existentes”. O problema principal diagnosticado com os Estados não é que eles mantenham o povo em uma situação de dependência e alienação, mas, principalmente, a de que todas as formas de organização social tendem a ser dependente do Poder Público. Essa dependência é direcionada apenas na direção de favores.

È sobre essa dependência do Estado que se geramos a estagnação social e econômica, é que se formam os personalismos tradicionais do nosso país que deu a origem à frouxidão das instituições e a falta de coesão social. A noção de hierarquia é pautada apenas em privilégios e favorecimento. A concepção de disciplina confunde-se com a centralização de poder, de um lado, e a obediência, do outro.

A noção de comunidade fica algo distante da realidade. Pois, o estilo de cultura política é afirmado no personalismo. Sendo assim, a formação de ideais de organização social, tais como organizações associativistas ficam enfadáveis, pois prevalece a lei da obediência, com a predominância do privado e do individual. ALCANTARA (2000;p.12)

O comportamento histórico do nosso povo tem permitido aos estudiosos o mapeamento de características recorrentes em nosso padrão de ação social. Dentre essas especificidades menciona a ausência de uma cultura associativista; a alienação social pela política; isolamento e auto-suficiência; patriarcalismo e prevalência da família; passado escravocrata; dificuldades com o municipalismo e a ausência de uma experiência democrática. O interessante que todas essas características cria uma mistificação de que o Estado é o responsável pelo todo, nesse instante, o homem ao invés de ser um agente transformador, passa a ser passivo.

Ser um povo político é antes de tudo um produto histórico, tendo que deduzir a inexistência, sobretudo da forma de organização social que a sua população viveu e continua a viver hoje. ALCANTARA (2000;p.14). A forma de organização social do Brasil era essencialmente o domínio absoluto do senhor, diante do qual não se colocava nenhuma organização autônoma de caráter popular. Dessa forma institucionalizada tinha como princípio de poder o capital.

Com a pirâmide hierárquica quase imutável, a massa rural, predominantemente escrava e marginalizada, não participou no campo eleitoral, aberto somente no século passado, mas despreparado e tutelado pelo Estado. Estado esse autoritário, escravocrata, fundiário e paternalista. PILETTI (1991;p.198)

A massa social não participou nem na ação e tampouco pensamento. Sua despreparação era ainda mais acentuada porque não tinha o menor conhecimento prático de qualquer instituição democrática, nenhuma experiência eletiva, nada que lhe desse a mais leve noção do interesse público e do bem comum, que ela passaria a ter a incumbência de gerir. ALCANTARA (2000;p.14)

VIANNA (1987:264) aponta que o nosso povo “esteve sempre, seja legalmente, seja praticamente ausente das coisas públicas durante todo o curso da nossa história política e administrava; isto é, durante cerca de quatrocentos anos”.

Compreendendo a trajetória histórica e suas características, traçam-se aspectos centrais da atividade política no Ceará, em alguns desses traços, estão presentes através da “ausência de autonomia local; construção da dependência agravada principalmente em períodos de estiagem; administração da política com seu exercício a partir de interesses familiares; utilização dos partidos com a manutenção do “mandonismo” local; impotência do eleitor sertanejo; força policial como extensão do poder dos coronéis; vitória como forma mais eficaz de intimidação dos adversários”.CORDEIRO (1997; p.98-99).

O mergulho na nossa história, nas circunstâncias, é muito importante para que saibamos avaliar e compreender as experiências que estamos ensaiando. Somente através desse contexto de atraso político, de exacerbação do poder privado, de violência política, de uma dinâmica política regulada pelo binômio manda versus obediência, de deslavado clientelismo, cevado pela ignorância e pela miséria, que vai surgir o discurso da participação e da co-gestão.

Com um olhar sobre o passado é que poderemos orientar o nosso futuro, evitando os erros e aproveitando o que se tem de positivo no modelo de pensamento político. A política local sempre se caracterizou por uma profunda alheação da realidade e pelo monopólio intelectual da classe dominante.

Na busca constante de assemelhar-se a outros países, considerados mais desenvolvidos, desprezando aquilo que realmente somos, nossos reformadores sempre perseguiram a imitação de outros povos, achando que para encaminhar nosso desenvolvimento institucional bastava copiar as instituições alheias.

A própria posição social distancia culturalmente do grosso da população. É preciso compreender que no Brasil todo movimento de idéias se dá, em geral, no seio das classes dominantes. Como indica ALCANTARA (2000;p.19) *apud* Djacir Menezes (1972;p.11) “a propriedade da terra, como fator essencial da riqueza, habilita as camadas dominantes a representar o povo. A classe que detinha o poder adquiriu a convicção de que eles são a nação e de que promovem o desenvolvimento nacional e não interesse de grupos”.

### **3.3 Construção de um Novo Papel da Sociedade Civil Brasileira**

Na nossa história os maus resultados da “velha” parceira também são fartamente conhecidos através do clientelismo e da prestação desigual de serviços. Além disso, generalizou-se um cenário resultando na desconfiança, desinformação e descrença entre o Estado e as organizações da sociedade civil.

No Brasil atual, o exercício da cidadania não pode se limitar ao voto, mas deve se prolongar numa participação múltipla e quotidiana dos cidadãos na administração de suas cidades, na melhoria da qualidade de vida nos seus bairros, nas extensões das escolas e hospitais.

Do ponto de vista econômico, não podemos continuar nos contentando com um crescimento insignificante, já não dá para tolerar o processo de exclusão endêmica dos grandes centros urbanos, que impede crescimento necessário para que a economia fosse capaz de crescer de forma sustentável e de gerar mais e melhores postos de trabalho.

As políticas públicas voltadas ao enfrentamento direto da questão da desigualdade, inclusão social e à erradicação da pobreza terão que ser pensadas, modeladas e executadas, necessitam ser sustentáveis, não apenas do ponto de vista econômico e financeiro, mas também político e institucional.

De acordo com o programa Comunidade Solidária desenvolvida por alguns colaboradores tais como Miguel Darcy de Oliveira e Thereza Lobo, os quais afirmam categoricamente que “combater a pobreza e a exclusão social não é transformar pessoas e comunidades em beneficiários passivos e permanentes de programas assistenciais”.

Destaca-se a importância do fortalecimento da educação. No Brasil sempre esteve amparada nos pensamentos europeus. Sociedade altamente hierarquizada, somente a classe burguesa havia acesso ao ensino dos países desenvolvidos. No século XIX substituíram por regimes reformatórios e internatos pautados em correntes positivistas. Na década de 60 ocorreu a formação em massa pelo sistema de ensino MOBRAL.

Atualmente com a desvalorização do professor, em muitas salas de aulas substituem-se as presenças físicas do didático por gravações em televisões, conhecidos popularmente por tele-ensinos. PILETTI (1991;p.198). Verifica-se a luta na educação entre duas tendências a primeira, que reflete os interesses das classes dominantes, reduzida quase sempre a fórmulas e receitas prontas que os alunos e futuros professores deve repetir; o segundo é a tendência crítica que busca recriar constantemente o conhecimento enquanto meio não só de conhecer mas também de transformar o mundo. PILETTI (1991;p. 199)

Combater a pobreza e a exclusão social significa, na verdade fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida. (...) “concorrem para conformar um novo padrão de relação entre estado e sociedade, alicerçado na participação dos cidadãos e de suas comunidades e organizações, na parceria entre múltiplos atores, na articulação, na descentralização, na convergência e na integração das ações”. COMUNITAS (2002;p.20)

Se for certo que a democracia representativa, não só no Brasil, está esbarrando em seus próprios limites, estes só poderão ser ultrapassados com o avanço e a consolidação de mecanismos democráticos de natureza mais participativa. Isto não significa recuar nas conquistas e na consolidação da democracia representativa e no fortalecimento dos partidos políticos, mas sim permitir que a política seja oxigenada pela participação da sociedade civil.

## **CAPÍTULO IV - A AUSÊNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO GERA IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

### **4.1 Estruturação dos Papeis como Fortalecimento das Cidades Sustentáveis**

No espaço urbano brasileiro, os problemas ambientais têm-se avolumado a passos gigantescos e sua lenta resolução tem-se tornado de conhecimento público pela virulência dos impactos, acarretando aumento da geração de resíduos sólidos e conseqüente dificuldade em administrar áreas para o seu despejo; enchentes cada vez mais freqüentes; prejuízos da poluição na saúde da população entre outros.

Percebendo a gravidade de como o assunto vem sendo tratado, e sentido a necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentável. Representando assim, a possibilidade de garantir mudanças nesse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente ameaçado e diretamente afetado agravos sociais e ambientais.

Nessa perspectiva que a Agenda 21 recomenda que as cidades fortaleçam os órgãos locais de governo para lidar eficazmente com os desafios do desenvolvimento e do meio ambiente, associados a práticas saudáveis de planejamento urbano. Tornando-se cada vez mais premente que os municípios implementem políticas ambientais em condições para uma gestão ambiental urbana efetivamente participativa e democrática.

Ampliar o debate público sobre o tema tão complexo e contraditório é uma forma de criar condições para a reflexão sobre mudanças que se fazem necessárias em relação a estilos de vida, redução do desperdício, conscientização sobre a escassez de recursos naturais, fortalecimento de uma visão co-responsável, formulação de políticas públicas em torno da valorização da participação dos cidadãos e reconhecimento das demandas e ações de resistência em face da degradação.

É preciso incorporar a idéia de limite dos recursos naturais básicos, como a água, o solo e o ar, buscar alternativas para reduzir a sua degradação e desperdício e, finalmente, construir, viabilizar e respeitar os canais institucionais para o engajamento da população em práticas de co-responsabilidades e na formação de ferramentas cooperativistas capaz de inserir os mais auferidos no processo econômico atual.

A noção de "Cidades Sustentáveis" nasce a partir do contexto da conjugação da questão econômica, social, política e ambiental. O ambiente construído das cidades, definido pelos espaços edificados e pelos espaços livres. A pobreza está no centro dos problemas ambientais urbanos e sua manifestação nos assentamentos humanos revela o agravamento das condições de vida nas cidades. Além da pressão sobre a insuficiência da infra-estrutura urbana básica, pela inexistência do serviço, escassez e adoção de soluções ambientalmente condenáveis.

#### **4.2 Estruturação dos Municípios para a Criação e Implementação do Sistema de Gestão Ambiental**

A Constituição Federal de 1998 (Artigo 1º) estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Ela caracteriza ainda a autonomia da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao tratar da organização político-administrativa do Brasil (Artigo 18).

Ao mesmo tempo em que caracteriza autonomia, a Constituição confere competência comum aos entes federativos para "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas" (Artigo 23).

De acordo com a legislação confere responsabilidades na preservação e conservação do meio ambiente às esferas da União Federal, dos Estados e do município, tornando autônomo o cidadão comum para entrar com ações na Justiça, sempre que atividades econômicas e outras prejudicarem o meio ambiente.

O princípio basilar está na Constituição Federal que estabelece no artigo 225 que consagra o meio ambiente como "bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade

de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Uma vez que as responsabilidades a respeito das questões ambientais estão colocadas sobre todos os entes federativos, cabe aos municípios não só assumir claramente sua parte como, também, estabelecer cooperação e parcerias com a União, os Estados, o Distrito Federal e os outros municípios no encaminhamento de ações voltadas ao fiel cumprimento dos preceitos constitucionais.

O Planejamento Ambiental é essencial para que os municípios assumam as responsabilidades referentes ao aspecto socioambiental. Para isso que dimensiona a importância de serem conhecidas às áreas com vocação para unidades de conservação, e também aquelas caracterizadas como de risco, é traduzida pela possibilidade de serem adotadas medidas naturais e estruturais, mais baratas e efetivas, para sua utilização ou reserva em bases mais adequadas.

A Agenda 21, adotada pela RIO 92, é um abrangente programa de ação a ser implementado pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações independentes e sociedade civil organizada. Em seu capítulo 28, destaca a necessidade da participação e cooperação das autoridades locais para elaboração de estratégias que interrompam e revertam os efeitos da degradação ambiental, "no contexto de crescentes esforços para promover o desenvolvimento ambientalmente saudável."

Aos municípios foram atribuídos as maiores responsabilidades, deveres e direitos para a obtenção de uma vida melhor para o cidadão. A eles cabe a tarefa magnífica de exercerem suas atribuições e competências direcionadas para o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, e rumo ao século XXI com qualidade ambiental e qualidade de vida.

Ressalta-se que a promoção da responsabilidade tem o intuito de estimular a vigilância no manejo e a utilização dos recursos naturais pelos empresários, proporcionando o aumento de políticas que viabilizem o desenvolvimento sustentável.

A qualidade de vida do homem depende do local onde o mesmo se encontra e a estabilidade do ambiente onde ele vive, trabalha e retém o seu sustento. A educação ambiental ensina regras claras para as relações do homem com o meio ambiente e com a natureza. São regras vitais para a sobrevivência da espécie humana no nosso planeta.

A geração dos recursos naturais tornou-se uma preocupação tanto no âmbito privado como público. As pressões populares por melhoria da qualidade de vida nos núcleos urbanos vêm estimulando as prefeituras a realizarem esforços voltados para a preservação ambiental, através de campanhas de coletas de lixo, saneamento básico, de água e esgoto e moradia digna. Estas garantias encontram-se presentes na Constituição Federal do Brasil, desde 1988, relegada, e desprezada muitas vezes pelos próprios governantes.

Segundo GRIPPI (2001) a gestão ambiental desenvolvida na Prefeitura, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente e Urbanização podem amenizar os problemas do tipo canalização e tratamento do esgoto das cidades, realização de uma coleta de lixo adequada, seletiva, e de apoio à reciclagem e à melhoria da captação e da qualidade da água servida à população diminuindo, dessa forma, a agressão ambiental.

## **CAPÍTULO V - ESTUDO DE CASO: A VIABILIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO LIXÃO DE ARACATI**

### **5.1 Caracterização Físico-geográfica de Aracati**

O município de Aracati está localizado na região do baixo Jaguaribe. A Vila surgiu no início do século XVII, tendo a economia portuária, a sua principal característica de produção e comercialização. Por volta de 1779, o vilarejo era um dos maiores importadores de charque, tornando-se um centro de referência comercial do Ceará, realizando as mais diversas transações comerciais com os estados da Bahia e Pernambuco, por intermédio de sua praça.

Como decorrência de desenvolvimento sócio-econômico e cultural, surgiu o progresso, refletido no conjunto arquitetônico colonial da cidade, na educação e na formação intelectual de considerável segmento da população da época. Além do patrimônio histórico de inestimável valor, o município de Aracati que é composto de paisagem de rara e praias famosa, que integram parte do roteiro turístico obrigatório do Ceará, célebres no Brasil e internacionalmente, com a Canoa Quebrada considerada por muitos visitantes como um recanto paradisíaco.

O município de Aracati tem uma área de 1.276km distribuída entre a sede (Aracati) e os 06 (seis) distritos: Barreiras dos Vianas, Cabreiro, Córregos dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca, Santa Tereza. Em 1995, segundo estimativa do IPLANCE abrigavam uma população de 55.074 habitantes, divididas em 35.923 na zona urbana e 19.151 na zona rural.

A palavra Aracati tem vários significados atribuídos como: bom tempo, vento que vem do mar, bons ares, terra onde nasce o vento, vento que cheira, águas claras e bonanças, brisa do mar que sopra nas tardes de verão e penetra a sertão adentro. O município dista 145 km de Fortaleza, tendo como vias de acesso à capital as rodovias CE 040 e BR 116.

A agricultura apresenta-se, de uma maneira geral, em forma de culturas. A prática está intimamente ligada ao fácil manejo de culturas de subsistência, uma vez que permite a colheita de vários produtos dentro de uma mesma área com o emprego dos mesmos tratos

culturais e uma melhor utilização dos restos dessas culturas para a pecuária extensiva, no mesmo ano.

O extrativismo vegetal reveste-se de fundamental importância para a nossa economia, muito embora os recursos disponíveis não venham sendo explorados na plenitude dos seus potenciais. A ausência do emprego de técnicas de manejo, ou ainda a inadequação destas, muito tem contribuído para a ocorrência de pequenos índices de desenvolvimento ou mesmo para a estagnação do setor. Os principais motores da economia municipal são a carcinocultura e a atividade turística.

A economia do município, nos dias atuais, está voltado para o comércio e a indústria de transformação ativa, por gênero segundo o IPLANCE - Instituto de Pesquisa Informação do Ceará, em pesquisa realizada no período 2002 que traz especificado que o Produto Interno Bruto total de (R\$ mil) 153.910 e o PIB per capital em 1998 (R\$ mil) 2.431. Segundo o IBGE de 2002 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população de Aracati está segmentada assim:

Tabela – Caracterização demográfica IBGE 2004:

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>
População	2004	68.062
Taxa de Urbanização	2004	64,03
Taxa geométrica crescimento anual da população (a.a.)	1991/ 2004	0,09
Área (km <sup>2</sup> )	2004	1.229,19

Perfil Básico Municipal (PBM), publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem por intuito identificar as características geográficas, sociais e econômicas dos municípios cearenses.

Sua análise periódica permite acompanhar a evolução dos municípios do Estado, através dos indicadores socioeconômicos agregados:

Tabela –Indicadores socioeconômicos do IPECE- 2003

INDICADORES	ANO	MUNICÍPIO
IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal	2004	39,18
Arrecadação ICMS - R\$ mil	2004	6.434

As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Ministério da Educação e do Desporto - INEP/MEC; Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde - DATASUS/MS; Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Banco Central do Brasil - BACEN/MF, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda.

Analisando o perfil básico municipal pode-se imaginar uma configuração local mais efetiva. Discutindo assim, a necessidade de participar ativamente da tomada de decisões, operações sobre os investimentos, os programas específicos para minimizar o impacto de suas atividades e zelar pelo meio ambiente.

## **5.2 Normas de Preservação Ambiental do Município de Aracati**

O Brasil coleciona numerosas leis, decretos, resoluções e normas que evidenciam sua preocupação com o meio ambiente e, especificamente na questão da limpeza urbana, há ainda iniciativas do Legislativo municipal nas leis orgânicas e demais instrumentos legais locais. A Constituição Federal dispõe em seu art 196:

*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco da doença e de outros agravos*

*e ao acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*

As prefeituras deverão se respaldar em suas leis orgânicas a fim de decidir, em função de sua escala urbana sua situação socioeconômica e cultural, alternativas possíveis para institucionalização do sistema de limpeza urbana, formas de gestão, cobranças de taxas e tarifas e associações com outras entidades que possam atuar ou convergir esforços, independentemente de sua natureza institucional no país.

A gestão dos resíduos sólidos não tem merecido a atenção necessária por parte do poder público. Com isso, compromete-se cada vez mais a saúde da população, bem como degradam os recursos naturais, especialmente o solo e os recursos hídricos.

O município de Aracati conta atualmente com a presença de uma gestão pública consolidada e amparada por uma legislação de Lei Orgânica Municipal, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA). As Leis Orgânicas do município de Aracati promulgada em 05 de abril de 1990 que rege direitos e deveres de conservação e preservação do meio ambiente pela sociedade e prescrevem:

**Art.197** Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**I** - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

**IV** - Exigir na forma da lei, para instalação de obra ou atividades potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, a que se dará a publicidade;

**VI** - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para preservação do meio ambiente;

**VII** - Proteger a fauna e flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

**Art. 198** O desenvolvimento deve conciliar-se com a proteção ao meio ambiente, obedecidos aos seguintes princípios:

**I** - Preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais;

**II** - Conservação do manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas;

**Art. 200** Fica proibido a colocação de lixo atômico em todo território municipal de Aracati.

**Parágrafo 1º** O lixo atômico referido neste artigo, compreende todo e qualquer material radioativo.

**Parágrafo 2º** A prefeitura deve estabelecer um local apropriado para depósito de material radioativo que será fiscalizado pelos órgãos públicos municipais.

**Art. 201** As empresa que se instalarem no município de Aracati e que produzem materiais radiativos ficam obrigadas a comunicar, por escrito, ao órgão competente da prefeitura a existência do material, bem como sua descrição física e química e grau de periculosidade.

**Parágrafo Único** O executivo deve estabelecer multa aplicada nas empresas que não cumprirem o disposto neste artigo.

A educação ambiental é um processo de aprendizagem permanente, sendo no respeitado todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuem para as transformações humanas, sociais e para a preservação ecológica.

### **5.3 Configuração do Sistema de Limpeza Urbana e a Situação do Aterro Sanitário Municipal**

Os trabalhadores formais e informais que manipulam os resíduos sólidos, são pessoas que vivem nas proximidades das áreas de tratamento e disposição de resíduos, as famílias dos catadores, são as mais afetadas inclusive influenciando na baixa expectativa de vida decorrente, principalmente da proliferação de, segundo a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Aracati (2004), vetores e doenças tais como: Moscas domésticas, responsáveis por cerca de 23 doenças, destacando-se febre tifóide, salmonela, disenteria. Proliferação de baratas que provocam febre tifóide, cólera giardíase, além da presença de ratos são responsáveis por 18 tipos de doenças, dentre as quais tem-se o tifo, lepra, leptospirose e peste. A presença massiva de urubus, aves portadoras de vírus da toxicoplasmose.

Doenças essas identificadas pela Secretaria de Saúde do Município de Aracati na qual consta relatório da Fundação Nacional de Saúde, relativo a 2003, grande parte dela a carência de medidas de saneamento básico e a falta de comprometimento das autoridades com a saúde pública é causa principal da proliferação, de doenças em geral ocasionada pela não disponibilidade de água portátil e tratada e o esgoto má disposição dos dejetos ou inadequado destino do lixo.

A Pesquisa realizada pelo Iplance / Unicef 2002, mostra que 87 municípios pesquisados o destino dos resíduos sólidos é feita de forma inadequada, retrato de um país de terceiro mundo, pois 70% dos municípios não dispõem de um sistema único de precaução com o lixo, compreendendo que 73,6% dos resíduos sólidos é jogado a céu aberto e 28,7% é queimado e 4,6% enterrado no quintal, portanto somente 6,9 % que seria uma solução apropriada tem o destino certo que é o aterro sanitário.

O lixo do município de Aracati está localizado margens da BR-304 distanciando 4km da sede deste, os resíduos tem destino a céu aberto, sendo depósito de todo os lixos domésticos, comerciais, industriais e hospitalares. A frota oficial, até o final do ano de

2003, eram utilizados para limpeza pública da cidade é composta de 01 (um) caminhão compactador, 07 (sete) caçambas e 05 (três) caminhões abertos, 02 (dois) Tratores e 01 (uma) pá – mecânica e 06 (seis) carroças com tração animal, o sistema compõem ainda de 20 (vinte) containers 5.000Kg; 50 (cinquenta) de 250 lts, bem com 600 (seiscentos) tambores de ferro 200 lts, e 40 (quarenta) containers de 120 lts, sendo que esta quantidade é insuficiente para atender a necessidade do município, conforme os dados da Secretária de Infra-estrutura Urbana).

O número de pessoas responsáveis pela limpeza totalizar de 89 cooperadores e 16 efetivos, número esse retratado pela Secretaria de Urbanismo. Seria necessário o dobro de funcionários sendo distribuído tanto em nível da sede do município como para os distritos.

A quantidade de resíduos sólidos que o aterro recebe diariamente, é 18 toneladas de lixo sem nenhuma coleta seletiva. Todo material é jogado a céu aberto onde é queimado, liberando uma grande quantidade de gás carbônico na atmosfera e com isso aumentando o efeito estufa. As informações dadas pela Secretaria de Urbanismo é que o lixo de Aracati é incinerado e depois enterrado e compactado na terra por máquinas.

Segundo os dados de 2003 da Cáritas Diocesana existem mais 30 famílias que catam e sobrevivem do lixo. A presença de crianças e adolescentes no lixão é de fácil constatação, correndo risco de vida quando estão disputando juntamente com os caminhões que muitas vezes enterram o lixo sem dá oportunidade de recolherem o material para vender.

Para Cáritas o lixão representa uma realidade desumana, pois retrata um quadro de pessoas que sentem desvalorizadas com baixa estima, sem perspectiva de uma vida melhor. Atualmente a Cáritas está desenvolvendo um trabalho quinzenal com essas famílias, tentando motivá-las, para que possam criar um senso de organização e associação para juntas lutar pelos seus direitos, visando construir um galpão, para oferecer um trabalho que possa ser exercido com dignidade. Para tanto a instituição elaborou um projeto que vem sendo executado junto à comunidade envolvida no lixão.

Entrevista preliminar realizada com o catador Leonardo no lixão, de Aracati, um adolescente de 17 anos, sem esperança de dias melhores, trabalhando de segunda à sábado para tirar o sustento da família, por dia chegar as vezes receber R\$ 15,00 reais, relatou que o kilo do material é vendido por R\$ 0,07 centavos, e que durante o dia chegar a recolher e a separar 200kg de material. Este é repassado para o atravessador que, muitas vezes, paga com até 30 dias de atraso.

O mesmo Leonardo, em desabafo disse que os governantes “só têm promessas, que não fazem nada para melhorar aquela situação”. E acrescentou: “não acredita no poder público pois já tenho ouvido muitas promessas e nada de concreto foi feito, pois só aqui no lixão já fazia dez anos que eu trabalho e não vejo melhoria”.

A presença constante de crianças e adolescentes no aterro sanitário municipal. Assim como os outros meninos apresentavam os pés queimados e as cicatrizes de cortes que tinham adquirido dentro do lixão informaram que só têm apoio somente da Cáritas e que o confiavam no projeto que a mesma vem desenvolvendo com eles para que possam sentir-se como cidadãos.

Outra informação obtida pelo os catadores foi a de que o lixo hospitalar tem o mesmo destino dos demais, já tendo sido encontrado até corpo de recém-nascido. Na visita ao lixão ficou constatado ainda, que local é destinado também para depósito de dejetos trazido por carro fossa ocasionando uma verdadeira lagoa fétida a céu aberto, podendo causar contaminação no lenço freático e danos irreparáveis ao meio ambiente.

Denúncia feita foi sobre a existência da criação de porcos no local que cega a ter mais de duzentos cabeças de suínos que alimentam-se do lixo e depois é abatido e vendido dentro do mercado municipal.

Estas entrevistas serão aprofundadas para a fundamentação no Estudo de caso quando serão confrontadas as informações oficiais com as dos catadores e dos segmentos diretamente envolvidos com a problemática do lixo. Os dados coletados e trabalhados, certamente contribuirão para oferecer perspectivas de possíveis melhorias no saneamento básico, com reflexo positivo no social e no meio ambiente.

Os objetivos para a aplicabilidade de um sistema de limpeza urbana, segundo um modelo de gestão são a capacidade de promover a sustentabilidade econômica das operações; a preservação do meio ambiente, correspondentemente preservar a qualidade de vida da população e contribuir para a solução dos aspectos sociais envolvidos com a questão.

#### **5.4 A Configuração Quanto à Destinação dos Resíduos Urbanos e Públicos**

A constatação que o município de Aracati, convive com a problemática resultante da destinação que vem sendo dado ao lixo, jogado a céu aberto, como ocorre na quase totalidade das cidades do país. Grippi (2001; passim) analisa o quadro atual do lixo, e afirma que 80% dos resíduos sólidos produzidos nas cidades brasileiras têm o mesmo destino, inadequado, enquanto os outros 20% se utilizam aterros regulares e outras formas de disposição final.

Levanta-se nas visitas técnicas realizadas durante a formulação desse trabalho que o destino dos resíduos sólidos é um lixão que fica situado na Br 304 a 2km da cidade de Aracati. Todo o material coletado é jogado a céu aberto parte deste lixo é compacto a terra e queimado a céu aberto. Estima-se que cerca de 30 famílias sobrevivem do lixão, catando material para vender e alimentando de resto de alimento que encontram.

Os impactos gerados com a destinação do lixo é visto ao redor do aterro sanitário, quando se avalia a degradação ao meio ambiente, presença de dejetos de fossa eliminados a céu aberto, o que pode ocasionar a contaminação do lençol.

Considerando apenas os resíduos urbanos e públicos, o que se percebe é uma ação generalizada das administrações públicas, segundo os dados mais recentes de acordo Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República SEDU de 2004, mais de 80% dos municípios vazam seus resíduos em locais a céu aberto, em cursos d'água ou em áreas ambientalmente protegidas, a maioria com a presença de catadores entre eles crianças , denunciando os problemas sociais que a má gestão do lixo acarreta.

No caso de Aracati há agravante do lixo não receber nenhum tratamento ou coleta seletiva,contendo inclusive todo material proveniente de hospitais, comércio, indústria e domicílio. É o que se verifica em Aracati, contaminando também o lençol freático e o próprio Rio Jaguaribe. Não se pode deixar de falar também na queima indevida do lixo e bem como da falta de organização e controle do lixão, o que acaba causando poluição do ar e a liberação de gases tóxicos.

Pesquisas de gestão da saúde pública indicam que o alto índice de doenças transmitidas por ratos, insetos e mosquitos são provenientes do lançamento de lixo em locais não apropriados ou mal controlados e está diretamente relacionado à ausência de saneamento básico, esgoto, infra-estrutura bem como em razão da falta de educação das pessoas para o trato do lixo e da água potável .

No caso de Aracati é preciso identificar as alternativas tecnológicas necessárias a reduzir os impactos ambientais decorrentes da geração de resíduos. Bem como políticas de parceria na gestão, entre os quais a própria população, empenhada na separação e acondicionamento diferenciado dos materiais recicláveis em casa. Programa de valorização dos catadores, organizados em cooperativas, capazes de atender à coleta de recicláveis oferecidos pela população e comercializá-los junto às fontes de beneficiamento.

Cabe a prefeitura, através de seus agentes, instituições e empresas contratadas, que por meio de acordos, convênios e parcerias exerce, é claro, papel protagonista no

gerenciamento integrado de todo o sistema. Desta forma, o interesse pelo assunto surgiu através de leituras e documentários sobre o meio ambiente, que retratavam da degradação e do descaso com a natureza, da contaminação dos rios e mares e da preocupação com o futuro do nosso planeta, realidades relevante dos dias atuais.

Ressalta-se que a presença de catadores na segregação informal do lixo, seja nas ruas ou nos vazadouros e aterros, é o ponto mais agudo e visível da relação do lixo com a questão social. Trata-se da formação de um elo entre o inservível lixo e a população marginalizada da sociedade que, no lixo, identifica o objeto a ser trabalhado na condução de sua sobrevivência.

Uma outra relação delicada encontra-se na imagem do profissional que atua diretamente nas atividades operacionais do sistema, o gari convive com o estigma gerado pelo lixo de exclusão de um convívio harmônico na sociedade. Gerenciar o lixo de forma integral trabalhando os aspectos sociais com o planejamento das ações.

A base para o fortalecimento de ações políticas está na satisfação da população com os serviços de limpeza urbana, cuja qualidade se manifesta na universalidade, regularidade e pontualidade dos serviços de coleta.

Tudo isto pode ser desenvolvido no município de Aracati. Depende apenas de vontade política para o enfrentamento de tão dantesco quadro. A pesquisa, pois, propõe-se a investigar tais problemas e apontar soluções viáveis, em benefício da histórica cidade de Aracati, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, livrando-a, de uma vez por todas, do inoportuno lixo.

## **PARTE - III**

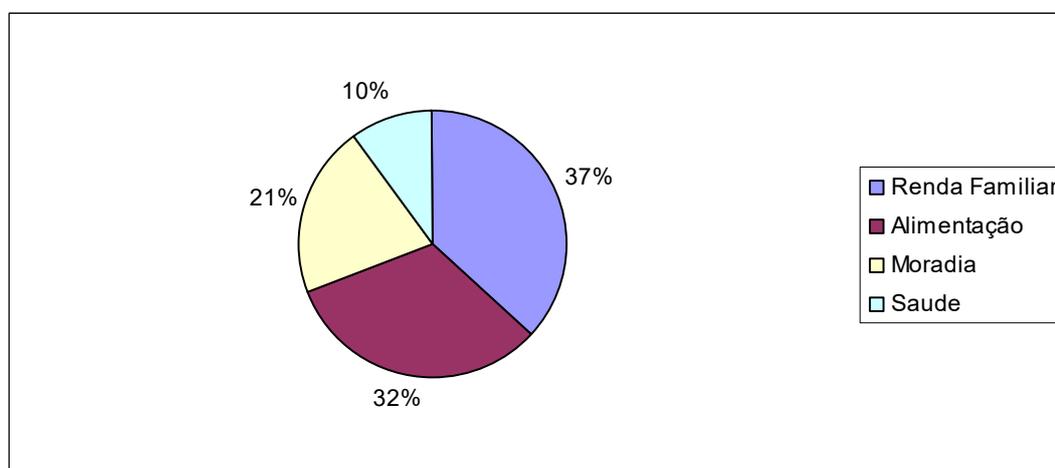
### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## A ANÁLISES DOS RESULTADOS

O questionário foi aplicado junto aos moradores do aterro sanitário do município de Aracati. Os dados foram coletados através de pesquisas de campo com a aplicação de questionários semi-estruturados com perguntas abertas, fechadas e múltiplas escolhas. Delimitado no universo de 30 famílias aproximadamente 150 pessoas. A escolha de aplicabilidade dos questionários foi no método aleatório e indutivo, sendo selecionados um membro de cada família e de faixa etária acima de 18 anos. O objetivo geral do trabalho é avaliar o perfil da comunidade local. Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, na medida em que buscar –se a levantar informações em nível do município.

A aplicabilidade desse estudo se envereda pelo propósito de uma pesquisa pura, com propósito de expandir o conhecimento do pesquisador sobre o cooperativismo social e sua influência no processo de organização popular, tendo como estudo de caso o aterro sanitário do município de Aracati. A pesquisa não implica na transformação direta da realidade, mas sim conhecê-la com maior profundidade.

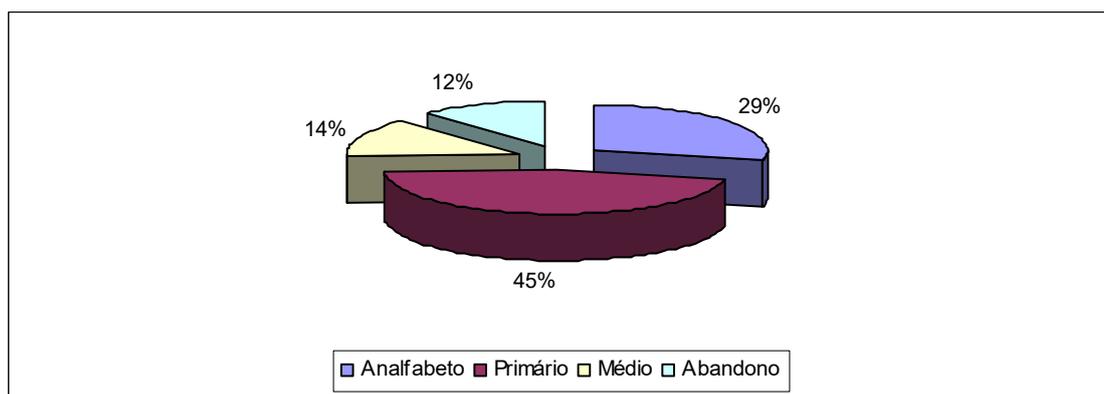
**GRÁFICO 1 – QUAIS OS BENEFÍCIOS GERADOS PELA COLETA DE RESÍDUOS**



*Fonte:* Dados coletados através da pesquisa direta, 2004

Inicialmente diagnosticou-se os benefícios proporcionados pela coleta dos resíduos oriundos do aterro sanitário tem como pontos principais o aumento da arrecadação familiar, visto como um subemprego e auxílio na alimentação. O principal indicador obtido pela pesquisa foi o econômico, com cerca de 37% das pessoas entrevistadas (do universo de 15) apontaram que o aumento da renda foi o principal benefício, sendo seguido de 32% da alimentação, sendo mencionados a e com 21% a ajuda financeira quanto como compensação no déficit habitacional, onde muitos buscam manter e construir novos barracos, além de outros pontos que foram apontados como a compra de medicamentos e vestuário.

## GRÁFICO 2 - FORMAÇÃO EDUCACIONAL

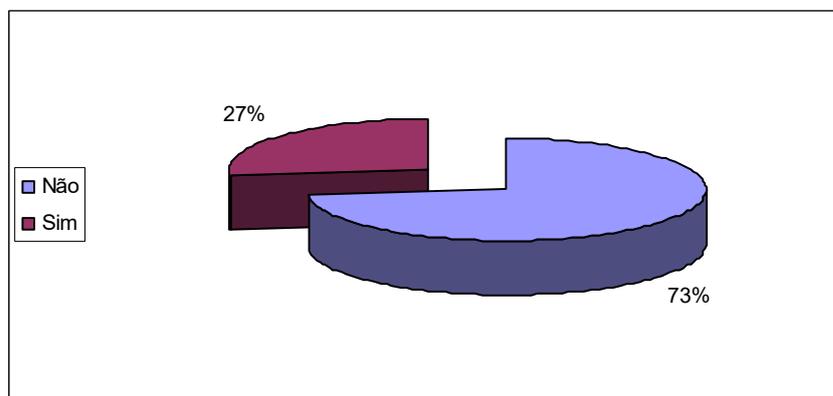


*Fonte:* Dados coletados através da pesquisa direta, 2004

Uma outra pergunta foi a respeito da formação educacional bastante preocupante, descrevendo como 45% tiveram o nível primário, sendo que grande maioria não completará e considera semi-alfabetizado, 29% não sabem ler e escrever. Os 14% dos entrevistados que mencionaram que a sua participação em aulas de tele-ensinos considerando muito difícil, o que leva a um grau de desistência elevado cerca de 12%

A outra pergunta aplicada buscou identificar se os catadores sentem-se devidamente respeitados pela comunidade na qual está inserida. Identificou-se que 74% dos entrevistados do universo de 30 sentem-se insatisfeitos com a sua desvalorização, já os 26% apontaram satisfeitos pois retiram seus sustentos desse trabalho e necessitam se valorizar.

**GRÁFICO 3 - SATISFAÇÃO**

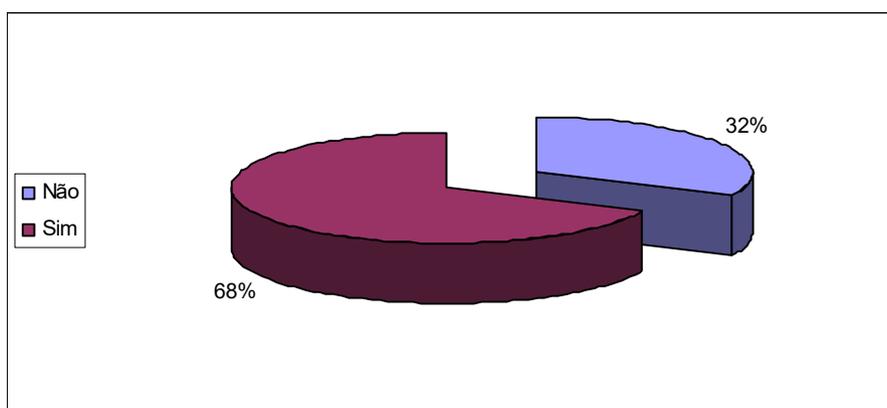


*Fonte:* Dados coletados através da pesquisa direta, 2004

Foi realizado um questionamento quanto à satisfação das pessoas com relação às condições que estavam submetidas. E foi perguntado se existisse a oportunidade de sair empregado, você aceitaria?.O que impressionou foi à porcentagem 68% disseram que sim, gostariam de dar condições melhores aos seus familiares, e essa possibilidade de melhor qualidade de vida está associada também com o sonho da casa própria. Enquanto que 32% acreditam que está bom, mas que seria melhor, se existissem algum órgão do governo que transmitissem mais segurança e confiança.

Mesmo aqueles que se mostraram satisfeitos apontaram que a realidade do trabalho no aterro sanitário não deixa que o homem sonhe por muito tempo, a insegurança com o dia do amanhã é constante para que tem como sobreviver o lixão municipal.

**GRÁFICO 4 - MUDANÇA**



*Fonte: Dados coletados através da pesquisa direta, 2004*

Em cima do posicionamento da satisfação e da possibilidade de mudança, perguntou-se aos moradores do lixão se eles acreditavam que a realidade poderia ser mudada. O impressionante que mesmo o homem viva em condições tão adversas o sonho com o dia melhor, com a aquisição de bem materiais, condições para que a geração que virá não necessite sofrer tanto. Quase 91% acreditam que tudo pode ser mudado, enquanto que apenas 9% disseram que não.

O setor social não pode mais continuar sendo visto como um estorvo. O destino dos recursos para a área social não pode ser mais compreendido como um mecanismo compensatório para as distorções sociais decorrentes da competitividade instalada na economia de mercado. A compreensão dessa totalidade é fundamental para um re-equacionamento da gestão pública, a ser administrada pelo sistema de cooperativismo implantado dentro da realidade onde suas competências sejam desenvolvidas com solidez.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À medida que o sistema capitalista se desenvolve, cada vez mais, gera modernização tecnológica, aumenta a concentração de riqueza, ao mesmo tempo, em que dissemina a pobreza. Os vitimados desse sistema, precisam de alguma forma, ganhar a vida e reintegrar-se socialmente.

O indivíduo que participa e interage com a realidade, cria cadeias com trocas e dependências mútuas resultando em laços de identidades e interesses. O desenvolvimento da base local conduz a uma análise de descentralização, proporcionando a expansão dos processos participativos.

Pelas investigações e atividades realizadas, indica-se que o trabalho associado proporciona uma situação de estabilidade aos envolvidos. A convivência coletiva permite a que os trabalhadores produzam meio de vida e gerem renda. Autoconfiança é outro ponto positivo, até porque, investem tudo de si em si mesmos, além de compartilhar da troca de experiência e conhecimentos acumulados, como também o convívio social, a educação básica e profissionalizante em processo permanente, como é desejável que ocorra.

Não se propôs neste texto discutir a efetividade das políticas, mas vale assinalar, que, o processo de cooperação produtiva é um dos caminhos que deve ser trilhado. Ele pode transformar o meio social, queiramos ou não, embora seja um processo de conquista gradativa. Pode fortalecer a democracia e a solidariedade ou apenas estagnar dentro dos limites das relações mercantis e capitalistas dominantes.

Um dos maiores obstáculos à difusão do cooperativismo ou, de forma mais ampla, da economia solidária é a falta de cultura cooperativa entre nossos trabalhadores. São conhecidos os mutirões, mas carecemos de habilidade de criar empresas democráticas e igualitárias que sejam ao mesmo tempo aptas a competir nos mercados.

Hoje, o dinamismo econômico está cada vez mais no conhecimento, nas habilidades e na experiência dos trabalhadores, e não no capital físico ou nas empresas. A qualidade dos trabalhadores e a eficiência de sua relação com as empresas determinarão, em última análise, a rapidez do progresso econômico das nações.

Despertar dentro da sociedade a necessidade de se organizarem em associações, com o ímpeto de fortalecerem, maximizando as potencialidades, eliminando as marcas da exclusão social. Muito mais que gerar renda é preciso criar ferramentas democráticas de

participação, onde o exercício da cidadania se estenda às barreiras eleitorais. Não é possível admitir que as marcas do passado venham atormentar, como uma ferida irreversível.

Nenhum de nossos problemas estruturais pode ser abordado de forma séria se não formos capazes de preservar a democracia e a estabilidade econômica. Entretanto, se quisermos viver em uma sociedade mais desenvolvida, no sentido mais amplo e contemporâneo do termo, temos que caminhar de forma mais decidida na direção, estimulando a redução da exclusão social, proporcionando a participação democrática e defendendo a melhoria da qualidade de vida para todos.

Os obstáculos a serem vencidos são muitos. Dentre estes, destacam-se a centralização do poder de decisão, no município, em instâncias ainda não suficientemente abertas ao diálogo direto com a população; o baixo nível de educação ambiental nos segmentos populares.

Constata-se a ausência de políticas públicas no âmbito do meio ambiente a orientar a administração municipal, do que decorrem a falta de prevenção, as agressões consentidas e a ausência de medidas corretivas. No entanto, tais políticas em âmbito local são urgentes e indispensáveis para que se alcance no plano global a conciliação entre atividades econômicas e meio ambientes.

Considera-se essencial à avaliação de alternativas tecnológicas necessárias a reduzir os impactos gerados no meio ambiente bem como sua capacidade de degradá-lo. cabendo ainda a estimulação de políticas de parceria na gestão, entre os quais a própria população, empenhada na separação e acondicionamento diferenciado dos materiais recicláveis em casa. Mecanismo de valorização dos catadores, organizados em cooperativas, capazes de atender à coleta de recicláveis e comercializá-los às fontes de beneficiamento.

O objetivo desse estudo é viabilizar a aplicabilidade de um sistema de limpeza urbana, segundo um modelo de gestão sustentável, levando através de sua operacionalização a preservação do meio ambiente e gerir uma qualidade de vida mais adequada. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, do município de Aracati, não possui equipamentos e serviços de saneamento básico adequados a gerir uma qualidade social e ambiental sustentável.

Presença massiva de outras formas de poluição, como o lançamento de lixo e dejetos em curso de água como no mar acarretando graves consequências, tanto a nível sanitário como no econômico. Colocando em risco o abastecimento da população e a obstrução de rios e canais, como também a desvalorização de terra ribeirinha e a poluição e contaminação das praias.

O lançamento do lixo a céu aberto é considerado o método menos indicado sob a ótica sanitária e econômica. Proporcionando a proliferação de animais transmissores de doenças. Daí exigir-se um planejamento e estudo sobre a construção de aterro sanitário par tal é necessário que município escolha adequadamente o local onde o lixo será despejado, pois este exige impermeabilização, sistema de drenagem e a cobertura de todo material ali depositado evitando, dessa forma, a poluição do ar e do solo através da captação dos gases e do tratamento do chorume, que é um líquido altamente nocivo e que se forma quando da penetração das águas das chuvas na massa de lixo em decomposição.

É relevante considerar o aspecto da compostagem ou seja processo biológico de decomposição de matéria orgânica contida em restos de origem animal ou vegetal. Este processo tem como resultado final um adubo que pode ser apropriadamente aplicado no solo.

A sociedade organizada deve estar atenta e cobrar eficiência dos órgãos públicos, envolvidos com a educação ambiental. Ensinar aos jovens que desde de cedo respeitem e que aprendam a conviver com o meio ambiente, para que as gerações futuras sejam mais

conscientizadas do que a nossa. É de fundamental importância que as comunidades planejem, implementem suas próprias alternativas e necessidades de preservação, com programas direcionados, para desenvolvimento, tanto em nível político como econômico.

A análise desta experiência particular deixa clara a necessidade de os administradores municipais adotarem políticas públicas que levem em conta os impactos da urbanização e das atividades econômicas sobre ecossistemas frágeis. Neste processo, indispensável é a audiência aos anseios populares e a resposta às reivindicações, num diálogo que só enriquece as partes e que manifestará que a democracia está-se arraigando em uma nova cultura política.

O estreitamento de parcerias com instituições públicas e com organizações não-governamentais similares certamente redundará em intercâmbio de experiências que robustecerão uma prática cujo início contabiliza êxitos, embora parciais. Considera-se necessário que outros estudos sejam realizados sobre alguns problemas importantes apontados pela comunidade tais como a geração de renda, formação de uma cadeia produtiva e a análise ambiental local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA. Lúcio. Caderno de Debates. Coleção Idéias. **Processos de Gestão Compartilhada de Políticas Públicas no Ceará Hoje: A Questão dos Conselhos**. Senado Federal. Brasília. 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. O Desafio Ecológico. Utopia e Realidade. São Paulo: Hucitec, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico Institucional dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente**. s.L.p.: ABEMA, 1993.

AVRITZER, H. Tolosa. **Uma avaliação política e habitacional**. Rio de Janeiro: Schema, 1995

BESSA, Francisco Eduardo de Holanda. **Desenvolvimento Local**. Material Institucional. Conceitos Básicos. Fortaleza. Banco do Nordeste, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicações e dá outras providências**. In: Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília, 1981.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências**. In: Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília: v.136, n.31, p.1-30. 13 fev. 1998.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Brasília: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

FORTALEZA. Câmara Municipal. Lei orgânica do município de Fortaleza. 3. ed. Fortaleza, 1995.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos no Ceará provincial**. São Paulo: Ed. Ana Blumme, 1997.

COSTA, Cristina. Sociologia – **Introdução à ciência da sociedade**. 2ed. São Paulo. Ed. Moderna. 1997.

DARCY, Miguel de Oliveira; LOBO, Thereza; FRANCO, Augusto. **Comunidade Solidária**. Fortalecendo a sociedade. Promovendo o desenvolvimento. Comunitas. Rio de Janeiro 2002.

DOUROJEANNI, Axel. Desenvolvimento Local. **A Dinâmica do Desenvolvimento Sustentável e Sustentado**. Fortaleza. Banco do Nordeste, 2000.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo /Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, 1993.

FOLLMAN, José Ivo. **Participação Cooperativa e Mudança Social**. Perspectiva Econômica. São Leopoldo. Unisinos, v.10, 1980.

FONSECA, Dirce Mendes. **Seminário Descentralização, Desenvolvimento Local e Gestão Social**. Recife. Banco do Nordeste, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

GONI, Arturo Jordán et al. **O Que Entendemos por Capacitação?** Fundamentos e Considerações para a Prática. Recife: projeto do Banco do Nordeste/PNUD, 1985. 50p. Série Cadernos Técnicos nº3.

GOVERNO FEDERAL, **Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília. Banco do Nordeste, 1998.

GRIPPI, Sidney. O líquido Precioso e o Descaso. Revista Banas Ambiental. 30-31. Junho 2001.

-----Lixo Reciclagem e Sua História: Guia Para as Prefeituras Brasileiras - Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

GRADVOHL, Alberto. Reciclando o lixo. Um Sistema de Gestão Ecoeficiente para a Reciclagem de Resíduos Sólidos nas Cidades. Fortaleza: Verdes Mares, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Curso Básico de Desenvolvimento Local. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília. 2002

JÚNIOR Viterbo Ênio. Sistema Integrado de Gestão Ambiental. São Paulo: Aquariana,1998.

MACEDO, R. K. Gestão Ambiental: Os Instrumentos Básicos para a Gestão Ambiental de Territórios e de Unidades Produtivas. Rio de Janeiro: ABES; AIDIS, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas,1996.

NEVES, Estrela Tostes André. Meio Ambiente: Aplicando a lei. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,1992.

PARENTE Silvana e ZAPATA Tânia. **Parceria e Articulação institucional para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Recife. Banco do Nordeste, 1998

PELIANO. Anna. **Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania**.Cadernos da Oficina Social. Rio de Janeiro, Projetos Inovadores da Oficina Social, 1999.

PERIUS. Vergílio. **Cooperativas de Trabalho**. Manual de Organização.2ª edição.Ed: Unisinos. Rio Grande do Sul.1999.p.223.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil. Da Pré-história do Brasil aos dias atuais**. Ed. Ética. 12ª . São Paulo 1991.

PRADO JÚNIOR, Osmar de Sá. **Mudança no Mundo do Trabalho**. Cooperativismo e Autogestão. Fortaleza: Expressão Editora, 2000

REBOUÇAS, Osmundo. OLIVEIRA. Vianna. **Gestão Compartilhada: O pacto do Ceará**. Rio de Janeiro: Qualitymark. Ed. 1997.

RECH. Daniel. **Cooperativas: Uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2000.

ROUQUIÉ, Alain e outros (org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo:Brasiliense,1985.

SEBRAE. A Comercialização. **A Comercialização na Economia Solidária**. São Paulo, 2002.p.163.

SEN, A. **O Desenvolvimento como expansão de capacidade**. Ed; Lua Nova. São Paulo, Cedec, nº28 -29, 1993.

SOARES, Francisco das Chagas. **Cooperação e Associativismo**. Estudo sobre Cooperativas e Associações. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2000.

SOARES, José Arlindo e CACCIA-BAVA, Silvio. **Os Desafios da Gestão Municipal Democrática**. São Paulo: Cortez Editora,1998.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed.Campus,1988

## APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE**  
**CETREDE – CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA EMPRESARIAL**

**Questionário**

**Nome:**.....**Idade**..... **Sexo:** ( )M ( )F

1. Quais os benefícios gerados pela atividade da coleta de resíduos?

- a) Aumento da renda familiar
- b) Alimentação
- c) Moradia
- d) Saúde
- e) Outros

2. Qual o nível de formação

- a) Analfabeto
- b) Primário
- c) Médio
- d) Abandono

3. Se você se sente respeitado pela comunidade na qual está inserida?

- a) Sim ( )
- b) Não ( )

4. Se existisse a possibilidade de um emprego, você aceitaria?

- a) Sim ( )
- b) Não ( )

5. Você acreditava que a realidade poderia ser mudada.

- a) Sim ( )

b) Não ( )

---